

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

ALEX BRUNO VIANA DA SILVA

**ACESSIBILIDADE E EVENTOS: um estudo de caso sobre o Encontro de
Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região.**

Porto Alegre

2018

ALEX BRUNO VIANA DA SILVA

ACESSIBILIDADE E EVENTOS: um estudo de caso sobre o Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4º Região.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Alex Bruno Viana da
ACESSIBILIDADE E EVENTOS: um estudo de caso sobre
o Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da
4ª Região. / Alex Bruno Viana da Silva. -- 2018.
93 f.
Orientadora: Ana Cristina Cypriano Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Relações
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Comunicação. 2. Relações Públicas. 3. Eventos.
4. Acessibilidade. 5. Pessoa com Deficiência. I.
Pereira, Ana Cristina Cypriano, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado: Acessibilidade e Eventos: um estudo de caso sobre o Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região, de autoria de Alex Bruno Viana da Silva, estudante do curso de Graduação em Relações Públicas, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 15 de junho de 2018.

Prof. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira – UFRGS

ALEX BRUNO VIANA DA SILVA

ACESSIBILIDADE E EVENTOS: um estudo de caso sobre o Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4º Região.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira

Aprovado em: ____ de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira – UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Helenice Carvalho – UFRGS
Examinadora

Profa. Dra. Mônica Pieniz – UFRGS
Examinadora

Agradecimentos

à minha mãe,

por ser a guerreira que és, sendo força nas maiores adversidades;

à minha família,

pelo amor, pelo carinho e por se fazerem presentes

aos meus amigos,

por compartilharem da sua caminhada junto à minha;

aos meus colegas do Tribunal Regional do Trabalho da 4^o Região,

por me apoiarem em toda a minha vida acadêmica;

e à minha amiga e orientadora Ana Cristina,

por me instigar ao questionamento sempre pertinente sobre a pessoa com deficiência
e sobre a pessoa com deficiência que faz parte da minha identidade,
muito obrigado.

Resumo

As questões que envolvem, sob diferentes aspectos, as temáticas sobre a pessoa com deficiência, acessibilidade e comunicação encontram importante ponto de convergente a medida que se busca meios para o exercício da cidadania para esse segmento da população. O presente estudo tem como objetivo analisar a realização do evento, sob a perspectiva do profissional de relações públicas e da pessoa com deficiência, descrevendo diferentes dispositivos de acessibilidade presentes para atender às necessidades dos públicos com deficiência. Ao longo da revisão bibliográfica foram abordados concepções sobre eventos e públicos sob a perspectiva do profissional de relações públicas. Além disso, tratou-se das pessoas com deficiência e os aspectos sobre acessibilidade a partir das diferentes fases da história de exclusão, de institucionalização e, de forma mais recente e em construção, da busca da inclusão social. Para a elaboração deste estudo, foi utilizado o método de estudo de caso, orientado pela pesquisa qualitativa e pela participação observante do pesquisador, enquanto servidor com deficiência. O Encontro de Servidores do TRT da 4^o Região serviu de objeto para a análise do estudo proposto e, a partir dos resultados obtidos, percebe-se a busca da instituição em interpretar os elementos, ainda ausentes, para a eliminação das barreiras para a inclusão através da aproximação e da colaboração do respectivo público de servidores com deficiência.

Palavras-chaves: Comunicação, Relações Públicas, Eventos, Acessibilidade, Pessoas com Deficiência.

Lista de Figuras

Figura 1 – Rampa de acesso Prédio III.....	71
Figura 2 – Rampa lateral de acesso ao palco.....	72
Figura 3 – Folha de Sinalização para o local do Encontro.....	74
Figura 4 – Cartaz com a Programação.....	75
Figura 5 - Recursos de Audiodescrição.....	76
Figura 6 – Entrada Foro Trabalhista de Porto Alegre	78
Figura 7 – Acesso secundário Foro Trabalhista de Porto Alegre	79

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quadro de Servidores com Deficiência – março/ 2017.....	64
Gráfico 2 - Quadro de Servidores com Deficiência – TRT da 4º Região.....	66
Gráfico 3 - Servidores com Deficiência Observados no Encontro.....	69

Lista de Quadros

Quadro 1 – Resumo Teórico: Eventos e Públicos em Relações Públicas	30
Quadro 2 – Características Principais da Exclusão, da Segregação e da Institucionalização	42
Quadro 3 – Principais características da Integração e da Inclusão Social.....	49
Quadro 4 – Dimensões da Acessibilidade	54

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Resumo	10
Lista de Figuras	11
Lista de Gráficos	12
Lista de Quadros	13
SUMÁRIO	14
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
2 EVENTOS E PÚBLICOS EM RELAÇÕES PÚBLICAS	20
3 ACESSIBILIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	31
3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E A SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.	32
3.2 QUESTÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E CONTEXTO HISTÓRICO	43
3.3 TIPOS DE ACESSIBILIDADE	50
4 ESTUDO DE CASO: ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4º REGIÃO	56
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
4.2 O EVENTO: ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4º REGIÃO.	61
4.3 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE: OBSERVAÇÕES AO ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4º REGIÃO	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS	89
Anexo A – Ata de Reunião: Autorização para realização de estudo de caso	89
Anexo B - PORTARIA Nº 4.699, DE 31 DE AGOSTO DE 2016.	90
Anexo C - Consulta sobre interesse de participação em Evento	93
Anexo D – Programação Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4º Região	94
Anexo E – Lista de Hotéis com Acessibilidade	96

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As questões relativas à pessoa com deficiência e acessibilidade são temas contemporâneos, cujos pressupostos inserem-se em um momento de amadurecimento da sociedade no que se refere a eliminação de barreiras, muitas delas impostas pelos seus próprios valores e crenças. Ao olharmos para o processo histórico das pessoas com deficiência, percebemos que, de uma forma ou de outra, a sua presença perpassa por uma necessidade da própria sociedade em classificar o que é diferente, em qualificar quem pode ser considerado pessoa ou, até mesmo, em separar quem tem a capacidade de produzir. A história nos permite inferir que, em diferentes fases, as pessoas com deficiência sofreram distintas formas de exclusão, de segregação e de preconceito.

No cenário brasileiro, o movimento de luta da pessoa com deficiência sedimenta-se a partir de um conjunto de princípios e de garantias constitucionais presentes na Constituição de Cidadã de 1998, cuja base alinha-se ao movimento de lutas e boas práticas internacionais. Percorridos aproximadamente quatro décadas, presenciamos um amadurecimento do campo legislativo que visa garantir, pela letra da lei, a equiparação de oportunidades a um segmento da população que reivindica as mesmas condições de acesso ao exercício da cidadania.

Uma das principais formas de inserção da pessoa com deficiência na sociedade brasileira tem-se constituído através do mercado de trabalho, formando um segmento da população economicamente ativo e, por esse viés, concebido como público essencial na relação com diversas organizações, sejam públicas, sejam privadas.

De forma lenta e gradual, observa-se a conquista de espaços por parte da pessoa com deficiência, também, no campo acadêmico e nos diferentes espaços de articulação da cultura e do lazer. Contudo, de igual sorte, observa-se ainda a presença de barreiras das mais diversas formas e acepções presentes no cotidiano e, até mesmo, no ambiente institucional.

O arcabouço legal existente consolida o esforço social presente para tornar viável e efetiva a inclusão da pessoa com deficiência nas diferentes

esferas sociais. A crítica que se faz necessária já não está mais no campo das garantias legais, mas em torna-las efetivas nas transformações sociais de forma permanente, com a participação da pessoa com deficiência e nas diferentes esferas da vida social.

Diante desse cenário, os profissionais de relações públicas podem contribuir para convergir a aproximação e a estruturação das políticas inclusivas perante um segmento de público com deficiência que, além de possuir especificidades quanto a sua deficiência – em relação ao tipo de deficiência, ao grau de classificação e à intensidade de manifestação –, são os mais capacitados para contribuir para a promoção da acessibilidade dentro das instituições. A formação profissional do relações públicas o capacita para permitir a sincronia do planejamento estratégico institucional à correta identificação dos seus públicos essenciais, articulando ferramentas eficazes para a construção da imagem positivas e o bom relacionamento, para o alcance produtivo das suas finalidades institucionais.

O contexto no qual emerge a proposta defendida pelo presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á no Tribunal Regional do Trabalho da 4^o Região, órgão público do Poder Judiciário da União, cuja finalidade institucional última participa de um sistema jurídico que visa a garantia dos direitos do trabalhador (dito aqui de forma genérica). Diante desse cenário, a instituição identifica a necessidade de promover a aproximação comunicacional com o seu público de servidores com deficiência para ampliar e para refinar, a partir das características do seu público, as melhores formas para construir uma instituição cujas políticas de inclusão são construídas de forma compartilhada. Para essa finalidade, a instituição idealizou, em caráter pioneiro na sua história, a realização do ***Encontro Estadual dos Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região***.

A utilização da ferramenta eventos, quando bem planejada e bem organizada, possui variáveis que podem interferir na história da organização, conforme Cesca (2008). Simões (1995; 2001; 2006) refere-se a ela enquanto fenômeno dentro da comunicação estratégica da organização com seus públicos, exercida frente à claras necessidades observadas; constitui-se como linguagem comunicacional para Giácomo (1997) e, para Matias (2002), comportam elementos representativo do contexto histórico de sua época.

Como futuro profissional de relações públicas e pessoa com deficiência, pertencente ao quadro de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4^o Região (TRT da 4^o Região), identifiquei que a realização do evento, analisado por esse trabalho de conclusão de curso, transborda o uso como ferramenta na área da comunicação e pode ser analisado como um marco institucional, frente a uma postura que visa a colaboração dos seus servidores com deficiência para a busca das diferentes dimensões da acessibilidade dentro de suas fronteiras.

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é analisar a realização do evento, sob a perspectiva do profissional de relações públicas e da pessoa com deficiência, descrevendo a presença dos diferentes dispositivos de acessibilidade presentes na articulação da ferramenta evento, para atender às necessidades do seu público com deficiência. Para a análise proposta, realizou-se a constituição de estudo de caso sobre o ***Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região***, ocorrido nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia para esse trabalho de conclusão de curso desenvolveu-se sob a pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico, e pesquisa qualitativa para orientar a utilização do método de estudo de caso, de caráter descritivo, e da técnica de participação observante, sob a perspectiva da presença dos princípios da acessibilidade autônoma, segura e independente.

O objeto empírico recortado, que, “dentro da soma de procedimentos previamente planejados” (YIN, 2001), qualifica o lugar de fala do pesquisador a partir das definições delimitadas por Peruzzo (2017) quanto ao uso da técnica de participação observante, cuja lente do pesquisador dar-se-á como servidor com deficiência e acadêmico de relações públicas.

A inserção do pesquisador deu-se pela utilização da técnica de participação observante, na qual o olhar do pesquisador desta pesquisa fora acrescido das perspectivas de: i) **servidor com deficiência física** identificado com o segmento de pessoas com mobilidade reduzida, usuário de cadeira de rodas, pertencente ao quadro de servidores por meio de concurso público desde 2004; ii) servidor com deficiência **membro** da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e da Comissão Organizadora do Encontro

Estadual de Servidores com Deficiência da 4º Região; e, iii) **estudante de relações públicas**.

As diferentes dimensões que localizam o presente pesquisador, segundo Peruzzo (2017), permeiam a participação ativa, intensa e em todas as atividades do encontro tanto pelo viés da organização quanto por membro participante do seguimento de servidores com deficiência física. Destaca-se, ainda, a articulação do pesquisador como mediador da mesa temática do seguimento de servidores com deficiência física, além do seu vínculo permanente na organização do evento desde a sua concepção.

Dentre as características que qualificam a posição do pesquisador, segundo Peruzzo (2017), está o ambiente natural do objeto recortado como fenômeno e sua respectiva interação com o grupo analisado por pertencer e/ou assemelhar-se às características desse mesmo grupo, sem, contudo, interferir na observação através da sua presença enquanto pesquisador.

A pesquisa – cuja finalidade constitui-se no presente trabalho de conclusão de curso – foi apresentada, para a Comissão Permanente de Inclusão do TRT da 4º Região (CPAI do TRT da 4º Região), quando foi autorizada por unanimidade, pelos membros da CPAI do TRT da 4º Região, da qual faço parte. O registro em Ata do dia 03 de agosto de 2017 (Anexo A). De acordo com a data de propositura da pesquisa, constata-se que a motivação para a execução do presente trabalho de conclusão de curso constituiu-se durante o mês de realização do respectivo encontro.

O primeiro capítulo é destinado à discussão dos temas conceituais sobre eventos, públicos e suas respectivas delimitações para o campo do profissional de relações públicas. Discute-se as diferentes concepções do termo **evento** para o profissional de relações públicas, diante das necessidades de sua concepção não só como ferramenta dentro do mix de comunicação, mas também como elemento capaz de refletir o planejamento estratégico da organização perante a correta identificação de seus públicos e de suas necessidades, dentro das características do seu relacionamento. Neste capítulo, abordamos, ainda, a concepção de eventos enquanto elemento com potencial de interferir na história da relação da organização com seus públicos, cuja finalidade e sucesso encontra-se em atender as suas expectativas.

O capítulo seguinte destina-se a discussão da localização histórica da pessoa com deficiência, cujas diferentes fases de exclusão e de discriminação demonstraram-se como reflexo de valores e de crenças dos diferentes tipos de sociedade ao longo do tempo. A percepção da pessoa com deficiência através dos diferentes paradigmas: da exclusão, da segregação, da institucionalização, da integração e da inclusão; são abordados com a finalidade de demonstrar as diferentes fases históricas sofridas pelas pessoas com deficiência. Representam fases distintas ao longo da história, cujas identificações não representam fases estaques, que ainda coexistam nos dias de hoje. Por fim, discute-se como elementos próprios da sociedade contemporânea as questões relativas a pessoa com deficiência e os princípios de uma sociedade em que se articula a inclusão social e a busca da acessibilidade, em suas diferentes dimensões.

O quarto capítulo compreende a abordagem dos procedimentos metodológicos utilizados para a proposta da pesquisa, relato da análise realizada sobre o evento que serviu de objeto de estudo e seus respectivos resultados. Por fim, apresentamos o capítulo dedicado às considerações finais do autor e ao fechamento do presente trabalho de conclusão de curso no último capítulo.

2 EVENTOS E PÚBLICOS EM RELAÇÕES PÚBLICAS

A reflexão sobre a temática dos eventos faz-se necessária para a problematização de um dos vetores que constituem o nosso objeto de estudo. Ao percorrer o caminho do nosso levantamento bibliográfico sobre o tema, localizo no prefácio do livro de Cesca (2008), escrito pelo Prof. Dr. Roberto Porto Simões, a importância concreta do entendimento de algo costumeiramente tratado e/ou manipulado como técnica operacional, deslocado de fundamentos e variáveis inerentes à história e à relação entre organização e seus públicos. Nas palavras dedicadas por Simões ao prefácio de Cesca:

Publicações como essa farão que aqueles que tratam do tema comecem a pensar sobre o porquê do evento, as variáveis intervenientes que este introduz na história da organização e os benefícios que a organização obtém com eles (CESCA, 2008, p. 10)

Simões defende que, obras como as de Cesca (2008) – como também a de outros autores que serão elencados por esse capítulo –, contribuem decisivamente para conceber os eventos enquanto fenômeno dentro da comunicação estratégica da organização com os seus diferentes públicos. Contribuem, ainda, para afastá-lo de ações meramente tarefas, esvaziadas de teor crítico e da sua importância construtiva para a história da organização.

Antes de avançar na construção teórica através dos diferentes autores a serem utilizados neste capítulo, proponho uma breve demarcação sobre como o Dicionário Aurélio¹ traz como proposta de definição para o termo **evento**. Em termos gerais, a palavra refere-se a “**Qualquer acontecimento de especial interesse (espetáculo, exposição, competição, etc.), capaz de atrair público e de mobilizar meios de comunicação(...)**”. Por meio dessa sentença, podemos inferir algumas proposições que podem ser confirmadas ao longo da nossa pesquisa.

¹ **Dicionário Aurélio:** Definições sobre o verbete **Evento** [Do lat. *eventu*.] Substantivo masculino. 1.Sucesso, acontecimento: “A sexualidade é, e sempre foi a causa de grandes e pequenos eventos da vida corrente.” (Eduardo Frieiro, *O Brasileiro Não É Triste*, p. 40.) 2.V. *eventualidade* (2). 3.Qualquer acontecimento de especial interesse (espetáculo, exposição, competição, etc.), capaz de atrair público e de mobilizar meios de comunicação: *A cronologia de eventos de um festival*. 4.Estat. Ocorrência, num fenômeno aleatório, de um membro de um determinado conjunto que se define *a priori*; acontecimento. 5.Astrofís. Um ponto no espaço-tempo de quatro dimensões. 6.Fís. Part. Conjunto de dados que representa uma interação entre partículas. Meio Eletrônico, licenciado ao órgão TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, acessado em janeiro de 2018

O “**acontecimento**” pressupõe uma ação concretizada, seja ela planejada ou não; por “**especial interesse**” como algo que destoa da rotina do cotidiano, ou por alguém de notório talento e/ou reconhecimento social, ou, ainda, por alguma coisa entendida por novidade, seja ela útil, seja ela exótico etc; por “**capaz de atrair público**” entende-se aos pares envolvidos e/ou interessados a canalizar seus esforços no sentido de atrair suas atenções; e, não menos importante, associando-se à possibilidade anterior, aglutina-se o próximo destaque complementar por “**e de mobilizar meios de comunicação**”, nos indica tanto em relação aos meios de comunicação envolvidos para divulgar o fato, quanto ao uso e à aproximação dos elementos simbólicos pertencentes à marca, à identidade, cujos valores são capazes de marcar o momento como único, derivando diferentes processos de associação de sentimentos próprios dos públicos, em si múltiplos e complexos, provocados pela ação da ferramenta eventos.

Ao localizar denotativamente no dicionário Aurélio o termo evento, sem, contudo, pretender esgotar as possíveis outras inferências admissíveis ao termo, situo a sua conceituação através do Glossário de Relações Públicas, organizado por Duarte (2007), como um dos condutores ao longo do texto. O verbete sobre evento² sentencia, mais uma vez, que evento “é qualquer acontecimento, inclusive uma intervenção cirúrgica, contudo, **para a área de relações públicas é um acontecimento especial, que requer prévio planejamento.**” (DUARTE, 2007, p. 48, grifo nosso). Regra essa defendida anteriormente em uma espécie de pequeno capítulo de apresentação escrita por José Rolim Valença, ao livro de Cristina Giácomo (1997)³. Para Valença, “tudo pode ser considerado evento, contudo, a sua diferenciação em termos do campo de relações públicas dar-se-á pelo seu planejamento antecipado, inserido em um conjunto próprio de atividades, dentro de um programa de comunicação” (GIÁCOMO, 1997, p. 11).

Segundo Valença, o evento enquanto constructo de uma linguagem comunicacional não é uma novidade na história do homem, ainda que a atividade de relações públicas contribua, através de sua formação profissional,

² Verbetes **EVENTO** produzido por Verena Ribeiro Ferreira. DUARTE, Jorge A. M. (org). Glossário de Relações Públicas. Brasília, DF: Casa das Musas, 2007

³ GIÁCOMO, Cristina. Tudo acaba em festa: evento, líder de opinião, motivação e público. 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.

para uma melhor estruturação dentro da comunicação (GIÁCOMO, 1997). A argumentação de Matias (2002) acerca da evolução histórica sobre eventos é demarcada em paralelo ao desenvolvimento político, econômico e social de suas diferentes épocas e adquiriram elementos representativos de cada contexto histórico.

Os eventos são acontecimentos que possuem suas origens na Antiguidade e que atravessaram diversos períodos da história da civilização humana, atingindo nossos dias. Nessa trajetória, foram adquirindo características econômicas, sociais e políticas das sociedades representativas de cada época (MATIAS, 2002, p. 2)

O profissional de relações públicas surge na esteira de uma sociedade moderna calcada em avanços tecnológicos nos meios de comunicação. Avanços esses capazes não só de encurtar distâncias entre um grande número de nichos de públicos, como também de produzir essa multiplicidade de universos qualificados, coesos e informados em rede. Giácomo (1997) trabalha o campo teórico como um fenômeno de dimensões políticas do campo da comunicação, praticado por diversas instituições. Nesse sentido, Simões (1995) sintetiza que:

evento é um acontecimento criado com a finalidade específica de alterar a história da relação organização-público, em face das necessidades observadas. Caso esse acontecimento não ocorresse, a relação tomaria rumo diferente e, certamente, problemático (SIMÕES 1995 *apud* MATIAS, 2002, p. 61).

Simões (1995) e Giácomo (1997) propõem uma reflexão em relação ao termo evento como um fenômeno dotado de dimensões políticas decisivas para a história da organização e na relação com seus diversos públicos, com capacidade de catalisar esforços em seus planejamentos de comunicação, fatores esses imprescindíveis para a sobrevivência organizacional.

O fenômeno eventos enquanto componente do mix de comunicação, que tem por objetivo minimizar esforços, fazendo uso da capacidade sinérgica da qual dispõe o poder expressivo no intuito de engajar pessoas numa ideia ou ação (GIÁCOMO, 1997, p. 45)

Os aspectos institucionais das organizações, segundo Kunsch (2003, p. 119), por sua natureza, compõem a essência do trabalho do profissional de relações públicas, que, dentro de seu escopo aplica um grande número de instrumentos e meios para constituir uma personalidade à organização, que possa ser facilmente identificada pela opinião pública. Segundo a mesma

autora, existem inúmeras formas de explorar esses aspectos, muitos dos quais é preciso provocar essas ocasiões oportunas [de visibilidade]:

como os eventos, e aproveitar todos os momentos para fixar a marca e a identidade corporativa, que deverá ser resultante de um estudo completo em torno daquilo que a organização quer traduzir, ou seja, uma expressão da sua cultura e dos valores que incorporam sua personalidade organizacional/institucional (KUNSCH, 2003, p. 119)

Apoiados em Cesca (2008), Duarte (2007), Giácomo (1997), Matias (2002) Simões (1995) e Kunsch (2003) nos deparamos com palavras-chave – tais como “públicos”, “relacionamentos”, “opinião pública”, e, indiretamente, com “personalidade” –, cujas funções sobrepõem-se ao universo de trabalho e de desenvolvimento do profissional de relações públicas. Ao visualizarmos tais termos relacionados sobre o campo teórico aqui recortado, introduzimos, naturalmente o campo de estudo de relações públicas e os elementos que compõe sua formação. São prerrogativas conceituais que cercam o universo teórico-prático do planejamento em comunicação, cujo objetivo é manter um bom relacionamento entre os diversos públicos e a organização.

Cesca (2008) registra a presença de um número grande de profissionais executores da ação evento com formação em áreas diversas a de relações públicas, tais como “turismo”, ou profissionais que se dedicam ao fazer “como promotores de eventos” (CESCA, 2008, p. 21), habituados à prática da tarefa em si. Entretanto o que se observa com do planejamento desses profissionais é a preocupação do sucesso da ação como fim em si, para a sua viabilidade financeira e para a geração de renda. O evento, tratado como objeto em si, é descolado da preocupação de interferir na história da organização da empresa ao longo do tempo, mesmo que ele represente um sucesso em termos de sua realização. Sucesso calcado apenas em altos investimentos de realização, sem a preocupação de manter os laços da relação estreitados por ele, expõe-lo a rápida depreciação em virtude da ausência de articulação dentro da composição permanente de sua personalidade perante a opinião pública.

Outros profissionais que reivindicam a organização de eventos para si, como aqueles com formação em turismo ou os promotores de eventos, estes últimos com as mais variadas formações, visam apenas o retorno financeiro, sem a preocupação própria do profissional de relações públicas que objetiva cuidar do conceito da empresa, pois o evento está inserido num amplo planejamento organizacional; não é algo isolado (CESCA, 2008, p. 21).

Nessa localização, Giácomo (1997) identifica o trato da ação de evento enquanto monopólio exercido pelo profissional de relações públicas em virtude de “suas dimensões teórico-práticas” (GIÁCOMO, 1997, p. 45) direcionado a esse fenômeno. Dimensões essas cujas capacitações o habilitam para a função de estrategista, capaz de dar sentido amplo e continuado ao fenômeno ao longo da história e do relacionamento organização-públicos.

A autora defende que o evento é um instrumento de comunicação e um dos elementos mais poderosos na estratégia comunicacional” (GIÁCOMO, 1997, p. 47). Ao localizarmos a ação de evento enquanto fenômeno comunicacional, detentor de implicações políticas à organização e nascido de uma necessidade identificada na relação entre a organização e seus públicos - podendo eclodir de forma planejada ou não –, identificamos que sua execução possui tendência ao sucesso através de sua inserção por meio do profissional de relações públicas, por suas habilidades em identificar, planejar e manter o relacionamento da organização com os seus públicos. Aqui nos deparamos com a necessidade de planificar nosso entendimento sobre públicos.

Para que o evento seja um sucesso é indispensável que ele cumpra com o seu principal objetivo: atingir o público de interesse, melhorando ou mantendo a boa imagem da empresa. Dentre todos os elementos considerados importantes na composição de um evento, o público de interesse é o principal deles. (DUARTE, 2007, p. 50)

A presente assertiva retirada do Glossário de Relações Públicas organizado por Duarte traz o elemento “público” como pilar imprescindível para o êxito da ação. A sentença é direta e objetiva: **“sem público, o evento perde sentido”** (DUARTE, 2007, p. 50, grifo nosso). Giácomo (1997) dedica especial atenção às delimitações teóricas no trato do público enquanto fator de estrutura base para se pensar sobre a concepção de quaisquer eventos. Diferentemente do que é extraído dos conceitos da à área de marketing ou de publicidade e propaganda, sobre a alcunha de público-alvo⁴, Giácomo (1997) propõe a ampliação do conceito de público por meio da classificação em público de interesse.

⁴ **Público-alvo:** “eleito como alvo na medida em que as reuniões são avaliadas erroneamente como produto, confundindo com aquele que é objeto de trabalho da área e marketing e da publicidade e propaganda. Nesse caso, o público alvo (ou target) é aquela fatia da população que se tem em mira para induzir ao consumo de bens e serviços. O que se espera dessa fatia é uma resposta de aceitação passiva à proposta de consumo.” (GIÁCOMO, 1997, p. 74)

Para a autora, público de interesse participante de qualquer evento pressupõe um processo de aceitação e de participação ativa, cuja busca perpassa por suprir suas necessidades específicas mediante [a capacidade] “de exercer o poder sinérgico da comunicação entre os elementos temáticos do evento e todas as pessoas envolvidas nele.” (GIÁCOMO, 1997, p. 75). O espectro populacional, por essa perspectiva, é ampliado para a população com efetivo potencial para a participação, cuja motivação dar-se-á através dos pontos intrínsecos a serem abordados como temática da ação. (GIÁCOMO, 1997).

A respectiva ampliação populacional advinda por esse novo prisma não significa, contudo, a necessária ampliação quantitativa dos participantes, e sim que a comunicação dos temas abordados seja o critério capaz de atrair o interesse de públicos cujos conhecimentos elevem a qualidade da interação ativa de seus interagentes, (GIÁCOMO, 1997). E esse é o ponto mais sensível, segundo a mesma autora, no sentido de abrir margem para que o profissional de relações públicas necessite buscar novas apropriações e conhecimentos em outras áreas e/ou teorias próprias do campo do comportamento e das necessidades psicossociais do homem, para o exercício profícuo de suas atividades. Refere-se, inclusive, alguns autores e suas respectivas correntes de estudos, tecendo relações na qual tangencia estudiosos sobre essas temáticas, tais como Maslow, McGregor, Bergamini. Em síntese, defende que, no fim das contas, seja constante encontrar elementos que cause “íntima ligação com o participante”, pelo prisma da real natureza do público de interesse” (GIÁCOMO, 1997).

Considera-se **público de interesse** como a **parcela da população com necessidade específica e respectiva motivação, necessárias para o engajamento a uma ideia e/ou ação propostas por um evento.** (GIÁCOMO, 1997, p. 80, grifo da autora)

A inserção das habilidades do profissional de relações públicas em articular a ação de eventos enquanto fenômeno dentro de um processo de planejamento de comunicação estratégica organizacional permite o desenvolvimento de processos de identificação tanto dos diferentes tipos de públicos quanto dos múltiplos níveis de relacionamento. A próxima etapa que precisamos delimitar concerne quanto aos critérios de classificação desses

públicos, seus níveis de relacionamento e seu grau de influência na perspectiva da sociedade contemporânea.

Segundo Grunig, Ferrari e França (2009, p. 215), “a análise da interdependência organização-públicos ou públicos-organizações, devem existir critérios que determinem o tipo de relação” (...) cujos aspectos da “permanência dessas relações, para se confirmar a existência e o tipo de relacionamento a ser estabelecido” (GRUNIG; FERRARI; FRANÇA, 2009, p. 215). E complementam os autores:

Não há profissional de Relações Públicas que ignore que são múltiplos e de muitos tipos os relacionamentos das organizações com as partes interessadas, e que a arte do exercício da profissão está em conhecer e aplicar as melhores técnicas de estabelecer a arquitetura relacional ou a articulação das inter-relações com os multipúblicos. (GRUNIG; FERRARI; FRANÇA, 2009, p. 215).

O processo de recorte teórico proposto por esse trabalho de conclusão de curso implicou o necessário entendimento da ação evento enquanto fenômeno, com a respectiva tendência ao sucesso quando planejando dentro de um composto de comunicação organizacional cuja formação teórica perpassa pelo profissional de Relações Públicas. O reconhecimento de multipúblicos estabelecido por Grunig, Ferrari e França (2009) não nos permite, dentro desse trabalho de conclusão de curso, refutar o modo de trabalho de autores no trato do vocábulo público enquanto objeto passivo, a ser atingido pelo planejamento de determinados planos de comunicações organizacionais - uma outra forma possível de ser abordada em outros trabalhos de conclusão de curso e suas respectivas delimitações teóricas. Contudo, os autores aqui recortados afirmam que o sucesso de quaisquer eventos está relacionado ao nível qualificado e ativo de seu público de interesse.

França (2008) atrela a eficácia do processo de Relações Públicas à necessária definição clara e objetiva de públicos. Sua perspectiva versa sobre processos de localização dos multiversos organizacionais e seus respectivos “pluripúblicos”. O autor menciona o termo “pluripúblicos” ao reconhecer o seu número elevado de possíveis classificações, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-los – sua busca é contribuir para esclarecer o tipo e a intensidade relacionamento das organizações com os seus pares. Reconhece, dessa forma, a existência de uma multiplicidade de grupos que são ligados a uma

organização, em que suas compreensões acerca de um posicionamento da organização e/ou comunicação emitida impactará, de igual sorte, de formas distintas sobre esses grupos.

A classificação defendida pelas escolas brasileiras em comunicação, segundo França (2008), aloca determinados públicos segundo uma categorização simplista de públicos internos, externos e mistos. O autor traz uma crítica reflexiva de Simões (*apud* FRANÇA, 2008, p.36), na qual infere que essas categorizações se referem a uma determinação de “públicos pelo critério geográfico (contiguidade, proximidade física). Em síntese, nesse recorte, Simões aponta que é uma visão em relações públicas não contestada, mesmo com visível limitação de sua “utilidade para a elaboração de diagnósticos e prognósticos da dinâmica da relação.” (SIMÕES, 1995). A ausência de um paradigma sobre a conceituação de públicos capaz de planificar o entendimento dos autores sobre públicos, crítica realizada por França (2008), reduz a efetividade de sua classificação, reproduz a construção de listas de classificações com critérios aleatórios, e, até mesmo, contraditórios em seus critérios entre os autores da área de relações públicas.

Para ilustrar a ausência de critérios mais claros sobre a definição e a classificação de públicos, Andrade (1977; 1989) defende

Para nós, os públicos classificam-se em: interno, misto e externo, que se originam, respectivamente, dos funcionários e seus familiares, da clientela e dos espectadores, após o estabelecimento do “diálogo planejado e permanente”, entre a instituição e os grupos que estejam ligados a ela, direta ou indiretamente (ANDRADE, 1989, p.78)

Segundo Simões (1995, *apud* FRANÇA, 2008, p.36) “os públicos precisam ser compreendidos sob outra ótica. É imprescindível identificá-los, analisá-los e referenciá-los quanto ao poder que possuem de influenciar os objetivos organizacionais, obstaculizando-os ou facilitando-os”. Por esse viés, as transformações sociais e organizacionais da sociedade contemporânea não comportam, como prática por parte do profissional de Relações públicas, do emprego de critérios menos efetivos para o desenvolvimento de planejamento de comunicação organizacional. Efetividade no sentido de localizar a relação das organizações com os seus públicos dentro de um processo de classificação que leva em conta a realidade enfrentada dentro de um contexto

de relações com públicos segmentados, entendidos como nichos específicos cujas ações necessitam de diferentes formas de comunicação.

O foco contemporâneo da relação situa-se não em critérios de proximidade (geográficos), mas no do conhecimento, da qualificação e das competências das partes envolvidas (FRANÇA, 2008, p. 51)

França (2008) propõe uma conceituação lógica⁵ de públicos, cujo novo paradigma classifique e desdobre as suas respectivas categorizações a partir do tipo de relacionamento presente na realidade da relação organização-públicos, sua qualidade e interdependência e qual sua permanência ao longo do tempo. O autor constrói sua construção lógica a partir de duas categorias gerais para desdobrar a qualidade do relacionamento, delimitando-as em públicos essenciais e públicos não-essenciais. Os públicos essenciais constituem o segmento cuja instituição depende intrinsecamente para a sua existência, a sua manutenção e a sua sobrevivência na sociedade. Os públicos não essenciais são os segmentos que formam a parcela de públicos que exercem menor ou maior grau de influência em relação à organização e seus negócios.

Os dois pilares que fundamentam o novo paradigma proposto por França (2008) têm com princípio norteador a função relacional presente entre a organização e seus “pluripúblicos”. A arquitetura de públicos, segundo o raciocínio desenvolvido por França, tem como base três critérios: i) qual o grau de dependência da organização frente os seus públicos para a sua constituição, a sua existência e a sua permanência no mercado; ii) qual o grau de participação dos públicos nos negócios da empresa ; e, iii) qual o nível de interferência que os públicos são capacitados para exercer frente a organização e seus negócios.

A matriz de França (2008) desenvolve-se em qualificar o que ele chama de “pluripúblicos” a partir da qualidade da relação identificada, com diferentes níveis de intensidade. A sua vantagem conceitual está em demarcar esses múltiplos níveis em função da sua importância, de sua temporalidade e de suas expectativas mútuas – passível de verificar tanto a relação organização-

⁵ “Na lógica, a relação é examinada como um predicamento e, nessa qualidade, é definida como a ordem de uma coisa para a outra”, isto é, “a referência do sujeito a algo ou, melhor dizendo, à ordem pura entre os termos (MORA, 2011, p. 2498-2499 apud GRUNIG; FERRARI; FRANÇA, 2009, p. 216)

públicos quanto o seu inverso. Afastando-nos, dessa forma, das classificações tradicionais de públicos em função da interação com a organização em virtude não só da proximidade (geográfica, predominantemente) ou das respostas reativas e desencadeadas por meios de comunicação não planejados. “Cumprer ressaltar que a relação deve ser simétrica, isto é, não basta a empresa defender seus interesses em relação aos públicos, ela deve também analisar os interesses dos públicos que interagem com ela, aspecto comumente ignorado.” (FRANÇA, 2008, p. 110). Neste sentido o autor complementa,

“Todavia, quando se faz um estudo comparativo de públicos de diversas empresas, os mesmos públicos podem aparecer em classificações diferentes, mas a definição de sua função relacional e de sua importância dependerá da arquitetura de públicos da empresa (pública, privada, industrial, prestadora de serviços ou do terceiro setor) e dos processos operacionais. (FRANÇA, 2008, p. 106)

A reflexão teórica que construímos ao longo deste capítulo localizou a ação eventos como fenômeno comunicacional, cuja articulação perpassa tanto as habilidades concernentes ao profissional de relações públicas, dentro de determinado planejamento estratégico de comunicação, quanto a importância da objetiva delimitação de públicos e suas implicações dentro do próprio fenômeno. O caminho percorrido busca subsídios para a análise de estudo de caso sobre o ***Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região***. Anterior a importância das respectivas delimitações quanto ao público de servidores com deficiência, observamos a necessária localização sobre a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT 4ª Região) enquanto órgão público, com característica e funções específicas determinada pela legislação concernentes às suas atividades-fim e à formação de seu público interno. Ressalva encontrada também em França (2008), ao afirmar:

“Os públicos governamentais, por exemplo, apresentam uma estrutura juridicamente hierarquizada e cada um de seus segmentos está bem determinado na sua constituição e nas suas funções nos níveis federal, estadual e municipal. (FRANÇA, 2008, p. XIX)

Como proposta de incorporação ao presente trabalho de conclusão de curso, abaixo sintetizo através do Quadro 1 - “Resumo Teórico: Eventos e Públicos em Relações Públicas”, a estrutura temática construída para as

temáticas eventos e públicos, e os respectivos autores consultados para a constituição do presente capítulo.

Quadro 1 – Resumo Teórico: Eventos e Públicos em Relações Públicas

Eventos e Públicos em Relações Públicas	
<i>Eventos</i>	<i>Públicos</i>
Fenômeno dentro da comunicação, com potencial de dimensões políticas	Componente essencial para o planejamento do evento
Planejamentos Organizacional	Público de Interesse (Giácomo, 1997)
Contexto Histórico	Poder Sinérgico – temática e públicos
Componente do Mix de Comunicação	Critérios de Classificação e níveis de Relacionamento
Relacionamento: Identificar, planejar e manter	Públicos Essenciais e Não-essenciais – Conceituação Lógica (França, 2008)
<u>Autores:</u> Simões (1995); Giácomo (1997); Matias (2002); Kunsch (2003); Duarte (2007); Cesca (2008)	<u>Autores:</u> Simões (1995); Giácomo (1997); Duarte (2007); França (2008); Grunig, Ferrari e França (2009)

Fonte: Elaborado pelo Autor

A análise deste estudo de caso, no capítulo 4 por fim, nos encaminha a planificar questões que tangenciam a pessoa com deficiência, sua inserção no mercado de trabalho tanto em suas linhas gerais e contemporâneas quanto por meio de legislação específica sobre a composição de direitos, fatores de acessibilidade e a constituição, em específico, do quadro de servidores públicos com deficiência. Estes temas, relacionados as pessoas com deficiência, serão vistos no próximo capítulo.

3 ACESSIBILIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A construção de sentido entre acessibilidade e a pessoa com deficiência (PcD) evoluíram historicamente não só em termos de semântica, mas também em seu poder de conscientização e transformação social. Sua construção é capaz de espelhar o amadurecimento da sociedade frente não só ao trato da diversidade de públicos potenciais enquanto cidadãos, mas também a sua respectiva articulação no meio social.

A contextualização histórica desses dois grandes eixos que comporão esse capítulo - a saber: pessoa com deficiência (PcD) e acessibilidade -, representam demarcações históricas de indivíduos cujas presenças já transitaram (ou ainda transitam?!) pelos caminhos da negação, do misticismo e do isolamento. São duas terminologias próprias do século XXI, cuja a evolução representa tempos de transformações sociais múltiplas em um mundo pós II Guerra Mundial. Nesse contexto histórico, tais terminologias encontram meios propícios para se consolidarem no meio social após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a respectiva Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1949. No Brasil, o ambiente que possibilita seus desdobramentos em termos de efetividade e de eficiência encontra-se na promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como “A Constituição Cidadã”.

É imprescindível demarcarmos a forma de compreensão que se fará uso para a análise do presente estudo de caso proposto por esse trabalho de conclusão de curso em termos da pessoa com deficiência (PcD) e a acessibilidade. Ademais, nesse capítulo peço licença para interferir nas escolhas dos autores a serem utilizados diante da minha experiência não só enquanto PcD - a saber, PcD após a trauma raquimedular (TRM⁶) aos 10 anos

⁶ **Trauma Raquimedular (TRM):** De forma didática, “Entende-se por Trauma Raquimedular (TRM) a lesão traumática da coluna vertebral com associação de lesão medular, podendo esta ser completa, ou incompleta, com ruptura total ou parcial da medula. O enquadramento diagnóstico é definido através da funcionalidade do paciente no momento do exame neurológico com a aplicação de testes específicos”. Definição obtida em <https://www.neurofuncao.com.br/single-post/2016/07/11/Incid%C3%A2ncia-Causas-e-Tratamento-do-Trauma-Raquimedular-TRM>, acessado em maio de 2018. Na linguagem médica, encontramos “Entende-se por traumatismo raquimedular (TRM) lesão de qualquer causa externa na coluna vertebral, incluindo ou não a medula ou as raízes nervosas, em qualquer dos seus segmentos (cervical, dorsal, lombossacro). Frequentemente está associado a trauma craneoencefálico ou politrauma.” Disponível em: http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/2266/traumatismo_raquimedular.htm?ancor=216698, acessado em maio de 2018.

de idade -, mas também como integrante do quadro de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4^o Região (TRT da 4^o Região). Fator pessoal que será melhor contextualizado junto com a inserção da instituição ao qual pertenço, dentro do estudo de caso por aqui proposto.

3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) E A SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.

A demarcação do processo histórico sobre a temática da inclusão realizado por Pereira (2011), perpassando, inicialmente, sobre as diferentes formas de conceituação direcionada à pessoa percebida como diferente, identificada fora da curva das funcionalidades médias do homem, é importante para a nossa reflexão sobre o tema. Meu desenvolvimento, sob uma nova perspectiva após trauma raquimedular (TRM) – aos 10 anos de idade –, localizava-me perante a sociedade como deficiente físico⁷, popularmente, à época, identificado. O pressuposto de partida era um diagnóstico médico sob o nome de pessoa deficiente física, resultante de um trauma da medula espinhal na altura da cervical - segundo o médico e as condições clínicas daquele momento, tendência forte para uma consolidação de tetraplegia⁸. Meu desenvolvimento, enquanto cidadão se desenvolveu sob a prerrogativa de “alguém” - não tenho recordações sobre as pessoas do entorno se preocuparem/terem a noção da importância de se referir ao deficiente físico como pessoa -, ou, popularmente conhecido como cadeirante.

Ainda sobre a localização do contexto pessoal do presente pesquisador, a minha nova condição como pessoa deu-se dentro da minha formação escolar primária. Havia uma história própria, construída em meio à colegas do ensino fundamental, em uma escola que, até então, não tinha sido provocada e/ou necessitava se preparar para oferecer condições de receber um aluno usuário

⁷ Termo utilizado comumente à época da minha lesão cervical, em 1996.

⁸ As tetraplegias (ou quadriplegias) ocorrem quando as vias motoras e sensitivas que percorrem a medula espinhal em direção à periferia (e vice-versa) são interrompidas por um acidente ou outro motivo qualquer, no nível da coluna cervical, entre a primeira e a sétima vértebras cervicais ou em virtude de algumas doenças neurológicas. Medicamente, é mais usual falar de tetraplegia quando se trata de lesão medular e de quadriplegia quando se trata de lesão encefálica com comprometimento dos quatro membros. (...) Disponível em: <http://www.abc.med.br/p/348064/tetraplegia+o+que+e+quais+as+causas+e+os+sintomas+com+o+e+o+tratamento.htm>, acessado em maio de 2018.

de cadeira de rodas. O episódio traumático, por essa perspectiva, não afetou apenas o indivíduo, mas impactou os olhares, os comportamentos e os valores de todo um conjunto formado por alunos, professores, pais, estrutura arquitetônica e suporte educacional impactados pela presença de um aluno que, ao retornar de suas férias, em 1996, apresentava uma nova condição de pessoa com deficiência.

O olhar que empresto como pessoa com deficiência constitui-se como pessoa com deficiência experienciada em provocar e exigir mudanças nos diferentes locais em que passou durante a sua formação educacional. Minha formação educacional deu-se de forma integral no ensino público, próximo a minha residência. Ambientes cuja engenharia remontavam décadas anteriores à minha lesão, sem exigências para o acesso universal e não preparadas para receber uma pessoa com deficiência. No primeiro ano do TRM, eu não tinha condições de frequentar a escola, mas a imagem daquele aluno que corria pela escola aliado a “boa vontade” dos colegas e professores, viabilizaram que eu não perdesse um ano de formação escolar. Viabilidade conquistada, tanto pessoal quanto de acessibilidade arquitetônica, apenas no ano seguinte.

Situações como estas não foram diferentes ao trocar de escola para o ensino médio, assim como a exigência, junto ao poder público, de meios de transporte – ônibus adaptados para cadeiras de rodas –, na zona sul de Porto Alegre. A experiência que articulo no presente trabalho de conclusão de curso é de um cidadão pessoa com deficiência, usuário de cadeira de rodas, que, de forma permanente, depara-se com uma sociedade não pensada desde sua concepção para receber, de forma segura, autônoma e independente, alguém que destoe do padrão médio tido como normal.

A mesma provocação de mudança ainda permeia a minha presença na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde o meu ingresso via vestibular, incluindo os diversos ambientes em que, sempre de forma reativa e para viabilizar razoável adaptação, a minha presença exigiu formas implementação dos princípios de acessibilidade para todos. Ainda há uma luta a ser travada. A UFRGS ignora, de forma sistemática, a implementação de recurso que visam o uso pleno, seguro e autônomo dos seus espaços. Aqui sintetizo minha visão pessoal como pessoa com deficiência, cuja percepção e experiência constitui-se frente uma sociedade em que persiste a ausência de

preparo para incluir esse segmento da população enquanto cidadão, sociedade ainda reativa nas suas ações e nos seus planejamentos nas diferentes dimensões de acessibilidade.

Os conceitos sobre deficiência que surgem ao longo da história trazem consigo toda uma **contextualização social**, de acordo com o período nos quais estão inseridos. Desta forma, **a visão sobre a pessoa deficiente** nos dias atuais, **seu papel na sociedade** e **seu grau de inserção** nas organizações, **é produto e produtor de um processo sócio-histórico** no qual valores e crenças são socialmente construídos (PEREIRA, 2011, p. 27, grifo nosso)

A construção reflexiva proposta por Pereira (2011) em abordar os diferentes conceitos e, nessa esteira, suas respectivas nomenclaturas ao longo da história constituirá em estrutura fundante para entendermos o percurso da expressão atualizada de pessoa com deficiência (PcD). A partir dessa perspectiva, abordaremos a contextualização social contida nas suas respectivas nomenclaturas, no sentido de abordar a interpretação social que elas podem comportar, a visão que elas emprestam à pessoa com deficiência perante a sociedade e seu grau de articulação e penetração dentro dessas sociedades.

Os desdobramentos em relação ao entendimento sobre a diversidade e a complexidade de que a pessoa pode compor em termos de públicos específicos é tratado como fenômeno próprio da sociedade contemporânea. Desdobramentos que, ainda hoje, mostram-se como bandeira permanente a ser reconhecida e solidificada no meio social, no que se refere à inclusão e ao exercício da cidadania. Autores de diferentes áreas – tais como Pessotti (1984), Aranha (1995), Corrêa (2005), Pereira (2011), García (2014) –, mesmo dedicando diferentes enfoques em suas abordagens, registram holisticamente a construção da história da PcD ao longo dos respectivos momentos históricos. Destacamos, ainda, que muitos destes autores brasileiros inferem elementos e referências aos trabalhos desenvolvidos por Silva (1987) e/ou Figueira (2008), cujos trabalhos reúnem, de forma detalhada, a história das PcD's no mundo e no Brasil, respectivamente.

Observamos a importância do trabalho de Silva (1987) no sentido de examinar, dentro de parâmetros histórico-investigativos, o registro das primeiras formas de identificar a presença da PcD como reflexo das formas de organização da sociedade e, como, dentro dessas construções de crenças e de

valores, sua presença é demarcada. A respeito dos diferentes autores interpelados através da nossa pesquisa bibliográfica, identificamos, como trajetórias dos processos históricos das PcD's, a abordagem das suas características gerais dentro de concepções e conceitos demarcados em paradigmas.

Aranha (1995), pelo viés da reflexão da área da psicologia, propõe uma retomada dos conceitos fundantes do desenvolvimento humano ao abordar a unidade bio-psico-social de sua existência, e na perspectiva materialista, aspectos histórico-dialético para compor sua análise. A reflexão desses dois pressupostos bases desdobram-se em múltiplas plataformas o reflexo em distintas formações de sistemas de crenças e de valores compartilhados por diferentes tipos de sociedades e de suas respectivas formas de cultura vigente ao longo do tempo. Nesse contexto reflexivo que Pereira (2011) retoma a ideia central de Aranha (1995) para aferir: “assumindo o homem como um ser ‘ser biologicamente cultural, não faz sentido buscar conhecê-lo, dissociado de seu contexto sociocultural’” (ARANHA, 1995, *apud* PEREIRA, 2011, p. 27).

A partir dessa contextualização, inserimos em nosso desenvolvimento o sentido de que as relações sociais são construídas através “das relações de produção vigentes em cada momento histórico” (ARANHA, 1995, p. 64), salientando que “é no contexto das relações de produção que se determina quem ‘vale’ e quem ‘não vale’ no sistema” (ARANHA, 1995, p. 64). Tais crenças, valores e o correspondente conflito entre a designação de quem “vale” e de quem “não vale” também se reflete na ideia principal Bisseret (*apud* PEREIRA, 2011, p. 28) ao apontar “que os termos e palavras empregadas em diversos períodos históricos são suporte de um sistema de normas, valores de uma sociedade, bem como uma interpretação simbólica de sua ordenação e seus próprios conflitos.”

Assim como observou Pereira (2011), não só é importante reproduzir as nomenclaturas concernentes à cada paradigma histórico que predominava para designar às PcD's, como também não se pretende inferir que tais localizações no tempo e na história refletem momentos estanques e/ou não sobrepostos ao longo da história.

Mais importante que definir ou conceituar especificamente a fase do paradigma é perceber que são os paradigmas que coordenam e definem as atividades dos grupos que nele trabalham, procurando

adequar-se para a manutenção ou para a transição paradigmática, seja ela qual for. (PEREIRA, 2011, p. 38)

O primeiro momento histórico que constitui o chamado paradigma da exclusão na qual perpassa um longo período desde os primeiros traços das comunidades primitivas “até o século XVIII, [em que] as noções a respeito de deficiência eram basicamente ligados ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas” (MAZZOTTA, 1995 *apud* PLATT, 1999, p. 71). Ainda para Platt (1999), “o acesso ao direito, nas sociedades primitivas, ao se pensar a diferença/o diferente, é reduzido, já que a questão do *direito* é atrelada a usos e costumes” (PLATT, 1999, p. 71, grifo do autor). Na visão de Garcia (2014), o paradigma da exclusão dos primeiros séculos é marcado pela cultura que oscilou entre eliminações sumárias e critérios de marginalização social.

Segundo Aranha (1995), na antiguidade a questão da deficiência não possui quaisquer status de problema ou de preocupação, pois, de acordo com os pressupostos de uma sociedade classista, a deficiência tinha o mesmo status de sub-humanos que possuíam os demais indivíduos não detentores dos meios de produção de independência quanto ao poder econômico. Por esse viés socioeconômico, segundo essa autora, era admitida, quando da identificação de traços de deficiência, a adoção de “‘exposição’, ou seja, o abandono ao relento” (ARANHA, 1979; PESSOTTI, 1984 *apud* Aranha, 1995, p. 65). Segundo Pereira (2011), “as práticas do abandono na Grécia clássica eram condizentes com os ideais de perfeição do corpo, do culto à forma atlética e com os pressupostos políticos e culturais desta sociedade (PESSOTTI, 1984 *apud* PEREIRA, 2011, p. 29). Platt (1999) sinaliza, ainda, sobre a conformação de mitos e de desígnios dos deuses nas culturas gregas e romanas. Nessa medida, ainda segundo essa autora, “o perfil do cidadão perfeito, ‘saudável’, que dominaria os demais por seus dotes físicos e mentais, sagacidade, que não toleraria a fraqueza e a repugnância daquele que se apresentasse ‘feio’. (PLATT, 1999, p. 71). Tais inferências de perfeição eram atribuídas aos deuses mitológicos gregos e romanos, mitos igualmente definidores do destino e da condição física identificadas como o diferente e, pela normalização do preconceito, passíveis de eliminação.

Enquanto a concepção de “homem”, segundo Aranha (1995), na antiguidade dava-se pela identificação do “senhor, seguindo os ideais aristotélicos de eugenia e de perfeição individual de uma cultura clássica e classista” (ARANHA, 1995, p. 64), uma nova visão sobre o mesmo emerge nas sociedades da idade média a partir do Cristianismo. Segundo Pereira (2011), “na idade média a difusão do cristianismo foi um dos responsáveis pelo paradigma da compaixão e proteção.” (PEREIRA, 2011, p. 29). Os ideais cristãos que permeavam a nova organização política da idade média não mais permitiam a exterminação dos considerados “não produtivos”, pois esses eram, de igual sorte, dotados de alma, portanto também possuíam o “status de humano” (ARANHA, 1995).

Na própria visão de mundo proposto pelo Cristianismo, o status de humano atribuído a pessoa com deficiência não resultou na proposição de se reconhecer o diferente em busca de uma agenda positiva a seu respeito. Prevaleceram práticas de segregação que, segundo Pereira (2011), desencadearam a constituição das primeiras casas de caridade - mantidas pelos senhores feudais (MENDONÇA, 2010 *apud* PEREIRA, 2011, p. 30), cuja tutela da pessoa com deficiência transitou para a esfera da Igreja e da família (ARANHA, 1995). O desenvolvimento do conhecimento cristão no campo da teologia admitiu distintas interpretações às diferentes formas de manifestações da deficiência, tais como: expiação da alma em virtude de pecados, de possessões demoníacas e da vontade divina como causa do fenômeno. (ARANHA, 1995). Era o predomínio de uma “visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina” (PESSOTTI, 1984 *apud* ARANHA, 1995, p. 65). Platt (1999) infere esse aspecto como a presumida manifestação demoníaca em indivíduos que não se moldassem às vontades da corte e do clero.

Platt (1999), para ilustrar a descrição da pessoa com deficiência enquanto indivíduo, por natureza, possesso por entidades malignas, relata:

Carmo [1991] relata que a ignorância científica para esclarecer as doenças (e as seqüelas que poderiam ser subseqüentes às mesmas) conduzia o povo, independente de sua situação financeira, a crer que os males davam-se de forma obscura e misteriosa, como explicavam as heresias espirituais transmitidas pelo chefes religiosos da Igreja Católica, legando até ao indivíduo com aspectos físicos comprometidos a associação simplista de crer estar sua mente, em

conformidade ao corpo defeituoso, igualmente desvirtuada (CARMO, 1991 apud PLATT, 1999)

Em síntese, o paradigma da segregação, também possível de ser identificado pelo binômio “compaixão e abandono” (PEREIRA, 2011), situa-se em uma dimensão de conflito que consiste na manutenção da vida do indivíduo com deficiência em virtude de sua alma, contudo o mantém segregado em um confinamento justificado por sua condição de incômodo ou inutilidade de seu valor social (PEREIRA, 2011).

De acordo com Platt (1999), a diversidade em evidências históricas da presença da pessoa com deficiência diante de seu caráter de “estar no mundo” (PLATT, 1999, p. 72), sujeitando a diferentes percepções sociais a seu respeito, e, na mesma proporção, diferentes formas de explicar e de solucionar sua presença, oscilando entre a “perplexidade e misticismo até aos encaminhamentos assistencialistas” (PLATT, 1999, p. 72)

De acordo com Aranha (1995), o início da Revolução Burguesa, no final do século XV, caracterizou-se por uma revolução de ideias, mudando o modo clerical de se ver o homem e a sociedade. Identifica-se a queda da hegemonia da Igreja Católica e das monarquias, que cederam lugar a um novo sistema de produção: o capitalismo mercantil. Sob essa ótica, a concepção da pessoa com deficiência passou a observar a sua incapacidade de produção, e, por assim dizer, representavam um peso oneroso para a sociedade. O poder econômico se sobrepõe aos ditames do poder religioso - a própria concepção de homem reflete a coexistência da visão abstrata (religião) e da visão de concreticidade (cientificidade), transferindo o problema do indivíduo com deficiência da esfera teológica ou moral para a esfera médica.

O contexto histórico recortado por Aranha (1995) quanto a conformação da sociedade com viés do capitalismo mercantil foi demarcada, segundo a autora, com a formação dos Estados Modernos, pela divisão social do trabalho e a respectiva compra da força de trabalho através do capital. Este ambiente privilegia a concepção do conhecimento através do método científico, que, no tocante às questões da pessoa com deficiência, dirigiu esforços para a categorização dos fenômenos observáveis e a constituição de patologias (ARANHA, 1995). Segundo a autora, nessa época surgiram os primeiros hospitais psiquiátricos, a exemplo das primeiras casas de caridade,

caracterizando-se como prisão, um local para o confinamento, ao invés da busca pela reabilitação.

A análise do panorama histórico em relação à pessoa com deficiência através de desdobramentos nas esferas econômicas, das diferentes fases do capitalismo situa-se, a partir do século XV, como construtor de novos valores e de novas crenças na sociedade. A consolidação do capitalismo mercantil em capitalismo comercial solidificou-se, segundo Aranha (1995) sob as bases de avaliação do homem por sua capacidade produtiva, admitindo-se novos valores em termos da presença da desigualdade, da dominação e de privilégios dos detentores dos meios de produção.

Nos séculos XVII e XVIII, multiplicam-se as leituras de deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional, encaminhando uma grande diversidade de atitudes: desde a institucionalização em conventos e hospícios até o ensino especial. (ARANHA, 1995, p. 66)

A base da valorização do indivíduo em produtivos e não produtivos reúne em um mesmo guarda-chuva de indivíduos considerados improdutivos as pessoas com deficiência juntamente com idosos e crianças. Sobre esse contexto, Pereira (2011) infere a articulação de políticas concernentes ao equilíbrio demográfico com viés elitista, algo já pensando por Aristóteles na Antiguidade (PESSOTI, 1984 *apud* PEREIRA, 2011). Segundo a autora, nessa perspectiva, se dá o paradigma da institucionalização versus segregação cuja convivência perpassa os séculos XVIII e XIX. A constituição de asilos e hospitais segregam idosos e pessoas com deficiência física, enquanto a escola é institucionalizada para fomentar, em um panorama geral, formação de mão de obra - condições mínimas para a identificação e “compra” da força de trabalhos dos indivíduos considerados produtivos pelo viés do capital. Aranha (1995) traduz esse raciocínio ao afirmar sobre a estruturação de sistemas nacionais de ensino e a escolarização para todos como soluções encontradas pelo capitalismo comercial para suprir suas demandas de produção.

Na questão do paradigma da institucionalização, é importante retratar o desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas que se cruzam com o desenvolvimento dos campos da medicina e da educação. Nessa esteira também estão importantes contribuições nas áreas de psicologia e serviço social, cujas contribuições influenciaram a mudança para o paradigma da

integração. No contexto mundial, há o surgimento de legislação específicas para o indivíduo com deficiência.

No Brasil, em paralelo com o contexto mundial de institucionalização mesclam-se a tutela do estado e assistencialismo, convergindo com posturas internacionais no que se refere às pessoas com deficiência, na qual o fruto reflete em uma legislação ampla, mas com dificuldades de implementação e fiscalização.

Para os indivíduos com deficiência, é nesse período histórico que “multiplicam-se as leituras sobre a deficiência enquanto fenômeno, especialmente nas áreas médica e educacional” de acordo com o horizonte exposto por Aranha (1995, p. 66) a partir do século XVII até a presente sociedade contemporânea. Os paradigmas apresentados sobre o comportamento praticado pela sociedade em relação às pessoas com deficiência assemelham-se, todos, no quesito em diferenciar para excluir. Contudo, a demarcação dos motivos pelos quais cada paradigma se constituiu como forma de justificar a prática, faz-se necessário em virtude da incerteza de que, mesmo nos dias atuais, esses motivos ainda possam estar presentes no seio da sociedade.

O próprio paradigma da institucionalização que, ao excluir a PcD, também espelha o forte aspecto apresentado e que, ainda hoje, representa os ideais básicos de busca de eficiência da produção e otimização de lucro através da divisão do trabalho.

A medida que nos aproximamos temporalmente sobre a contextualização histórica da pessoa com deficiência, dentro do espectro mais recente dos últimos cem anos, deparamo-nos com uma fértil camada de conhecimento, desenvolvida a partir de diferentes prismas conceituais - educação, medicina, direitos, psicologia, serviço social etc.

Multiplicam-se as leituras de deficiência, representadas por diferentes modelos; permanece, em certa proporção, o modelo metafísico, coexistente com o modelo médico, o modelo educacional, o modelo da determinação social e, aparecendo neste final do século [XX], o modelo sócio-construtivista ou sócio-histórico. A origem do fenômeno, portanto, permanece sendo de natureza sócio-político-econômica, embora sua leitura seja feita em diferentes dimensões, aparentemente desvinculadas desta realidade. (ARANHA, 1995, p. 66)

O contexto delimitado pelo paradigma da institucionalização – de refinamento dos aspectos de exclusão do PcD e suas respectivas articulações –, apresenta, como paradoxo, o ambiente necessário que desencadeou a transição, em meados dos anos 60, ao paradigma da integração. Aranha (1995) recorta seu corpo argumentativo, demarcando elementos que desencadearam o paradigma da integração pelo viés da educação.

Aranha (1995) destaca que o processo histórico da sociedade contemporânea articula-se para a substituição do paradigma da institucionalização pelo paradigma da integração. O público adquire novas dimensões sociais e de empoderamento mesmo em um ambiente cujo valor social para o capitalismo perpassa pelas definições de quem tem capacidade para produzir. A institucionalização através do Estado é uma das formas de práticas do capitalismo para separar quem poderia onerar a sociedade e quem poderia ser capacitado para fornecer condições mínimas de mão de obra. Ao institucionalizar a segregação a um modelo fabril, permitiu a mínima organização de diferentes grupos de pessoas com deficiência em uma analogia próxima a um ecossistema próprio. Tal corpus organizativo passou a interseccionar diferentes áreas do conhecimento e a tomar forma, enquanto grupo com necessidades específicas de representação políticas pertinentes dentro de um sistema que desdobra-se em diferentes sentidos de representatividade.

O paradigma da institucionalização faz emergir um público que sempre existiu, de forma endógena. Aranha (1995) insere como elemento que fortalece o segmento da pessoa com deficiência – em relação aos Estados Unidos e seu envolvimento nas duas Grandes Guerras –, ao relatar “os soldados feridos na guerra necessitavam treinamento e assistência para assumir, com sucesso, uma ocupação rentável” (ARANHA, 1995, p. 67). Entendemos que a abordagem da autora sobre o paradigma da institucionalização, no que tange ao processo de desenvolvimento sócio-histórico de lutas da pessoa com deficiência, nos Estados Unidos, serve para nos ajudar a compreender e fornecer elementos sobre os quais possibilitaram a mudança para o paradigma da integração.

Durante o caminho percorrido e os diferentes contextos históricos que evidenciaram os paradigmas da exclusão, da segregação e da

institucionalização; pode-se verificar a articulação de valores e de crenças construídas socialmente em diferentes momentos históricos. Contudo não se pode evidenciar que existam elementos determinantes na extinção dessas diferentes formas de crenças e de valores sociais, da mesma forma que não houve extinção das formas de pensar em relação ao culto do corpo ou às práticas do cristianismo, por exemplo.

O Quadro 2, a seguir, faz breve resumo das principais características dos paradigmas da exclusão, da segregação e da institucionalização; abordados até neste subcapítulo sobre a construção histórica da pessoa com deficiência:

Quadro 2 - Características Principais da Exclusão, da Segregação e da Institucionalização.

<i>Fases anteriores às questões de Acessibilidade e da Pessoa com Deficiência</i>
<i>Exclusão</i>
Antiguidade até séc. XIII
Misticismo / Ocultismo
Sub-humanos: Marginalização / Eliminação
<i>Segregação</i>
Cristianismo (Alma)
Casas de Caridade
<i>Institucionalização</i>
Capitalismo – séc. XV
Capacidade de produzir
Onerosidade – Sociedade – Tutela
Patologias / Hospitais Psiquiátricos
Autores: Pessotti (1984); Aranha (1995); Platt (1999); Corrêa (2005); Sassaki (2006); Pereira (2011); García (2014)

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A exposição de forma ampla e histórica, sobre as articulações que envolveram o paradigma da institucionalização vivido em um período recente da sociedade contemporânea servirá de subsídios para tratarmos, a seguir, de dois importantes paradigmas - integração e inclusão -, cuja proposta de análise permeará novos olhares entorno do conceito de acessibilidade.

3.2 QUESTÕES SOBRE ACESSIBILIDADE E CONTEXTO HISTÓRICO

Identificamos elementos que contextualizam o paradigma da institucionalização e, a partir das próprias características e pressões (internas e externas), constituindo uma minoria organizada e reivindicadora de direitos e políticas sociais básicas. A partir de um processo de novas concepções de crenças e de valores, segmenta-se, primeiramente, a população de pessoas com deficiência enquanto parcela onerosa e à coloca sob a tutela do Estado. Esta população, em uma analogia simplificada, forma em suas respectivas comunidades – não só em suas famílias e amigos, mas também influência na formação de profissionais com visões focas nos diferentes aspectos sobre a inclusão –, o terreno fértil para reivindicar que o Estado legisle sobre meios e condições para a autonomia plena da pessoa com deficiência como cidadão.

Processos históricos complexos e de caráter sócio-político-econômicos atravessaram, de diferentes formas e com distintas transformações quanto a necessidade de crítica aos valores e às crenças vigentes, proporcionando ambiente propício para a transição do paradigma da institucionalização para o paradigma da integração. Reconhecemos que as minorias organizadas como das pessoas com deficiência passaram ser reconhecidas pela sociedade, a partir do seu entorno com possibilidades de voz e atuação no campo de lutas.

Redirecionamos, para fins de nossa análise sobre a temática da pessoa com deficiência, a assertiva de Pereira (2011):

Mais importante que definir ou conceituar especificamente a fase do paradigma é perceber que são os paradigmas que coordenam e definem as atividades dos grupos que nele trabalham, procurando adequar-se para a manutenção ou para a transição paradigmática, seja ela qual for. (PEREIRA, 2011, p. 38)

Aranha (1995) assinala que as questões que cercam o paradigma da integração social constituem-se como fenômeno próprio de meados do século

XX, argumentado anteriormente através da contextualização dos elementos, crenças e valores articulados no paradigma da institucionalização. Pereira (2011, p. 80) destaca, através de Nunes e Nunes Sobrinho (2008) o uso do conceito de acessibilidade, ainda limitado, presente no final dos anos 40. Segundo as autoras, esse conceito era associado “exclusivamente aos serviços de reabilitação profissional, para designar as condições de acesso das pessoas com deficiência física ao **mercado de trabalho** e à vida em comunidade” (NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008 *apud* PEREIRA, 2011, p. 80.)

Através do contexto do mercado de trabalho e da reabilitação da pessoa com deficiência, encontramos consonância com os elementos elencados por Aranha (1995) sobre a repatriação dos soldados no período pós conflitos mundiais e a transformação gradual dos valores do próprio sistema capitalista sobre a possibilidade de viabilizar a capacitação como mão de obra das pessoas com deficiência - contexto germinado no paradigma da institucionalização.

A abordagem de Aranha (1995), Nunes e Nunes Sobrinho (2008) e Pereira (2011) nos leva à reflexão sobre a evolução do uso conceitual do termo “Acessibilidade” como forma adequada para observarmos os elementos pertinentes aos paradigmas próprios do nosso tempo, a saber o paradigma da interação e o paradigma da inclusão. Por se apresentarem como novos, assim como o é a própria utilização do termo acessibilidade, entendemos que não cabe limitarmos de forma definitiva a um paradigma ou outro. Vetores que atravessam o amadurecimento da sociedade influenciam, na perspectiva de Pereira (2011, p.38), na identificação dos diferentes paradigmas relativos à pessoa com deficiência, uma vez que a autora acredita que estes podem coexistir em diferentes esferas da sociedade (exclusão, segregação, institucionalização, integração e inclusão).

Segundo Glat e Ferreira (2004 *apud* Pereira, 2011, p. 38):

no Brasil existe a coexistência de dois paradigmas: o da integração e o da inclusão’. O primeiro modelo, segundo as autoras, demanda um sistema de serviços e uma rede de recursos centrada no indivíduo, enquanto o segundo modelo, o modelo da inclusão ‘requer um sistema de suportes, uma rede de apoio, caracterizando uma intervenção no próprio sistema”

Platt (1999) sinaliza sobre as forças que impulsionaram organizações da sociedade civil, internamente, nas esferas da reabilitação educacional e de saúde para aproximar as pessoas com deficiência dos hábitos normais e da autonomia comuns a qualquer humano, e, externamente:

Nas duas grandes guerras mundiais, assim como em outros conflitos que historicamente temos conhecimento (como Vietnã, Palestina etc.), o saldo de deficientes sempre foi exorbitante; a depressão e a baixa auto-estima destes jovens comprometiam sua vontade de viver e de repensar sua nova condição física diante de suas rearticulações sócio-política-econômica-culturais. **A própria sociedade exigiu dos organismos políticos que deliberassem oportunidades de inserção trabalhista e educacionais a estes indivíduos.** (grifo nosso) (PLATT, 1999, p. 77)

Panorama semelhante foi reconstruído por Aranha (1995) para sintetizar as pressões políticas que subsidiaram o financiamento público e a constituição de um ambiente legislativo para a pessoa com deficiência. A autora registra que “em 1913, [nos Estados Unidos], foi implementada a lei federal que deu ao governo a capacidade financeira para assumir a responsabilidade da reabilitação do deficiente” (ARANHA, 1995, p. 67). O período entre guerras reforçou o viés legislativo através de atos constitucionais e no reforço das garantias de financiamento, suporte e políticas públicas de reabilitação. Sedimenta-se não só as convicções quanto a capacidade de trabalho da pessoa com deficiência, mas também as reivindicações de oportunidades quanto ao exercício de voz ativa na sociedade. Nesse sentido, ainda, “em 1945, o *Journal of Rehabilitation* publicou, pela primeira vez, os princípios da filosofia da reabilitação e seus métodos de operação, os quais foram assumidos uniformemente por todo o país, aparecendo na legislação de cada estado e território (ARANHA, 1995, p. 67).

A síntese do presente contexto histórico calcado em Platt (1999) e Aranha (1995) servem-nos de subsídio para pensarmos sobre a construção do termo Acessibilidade, na qual Pereira (2011) nos relembra que, anteriormente, era chamado (apenas) *acesso fácil*. Acessibilidade adquire não só identidade, mas também peso social e forma legislativa capaz de convergir políticas de diferentes nações em torno de uma das pautas internacionais, consideradas como humanitária.

A autora utiliza-se de Nunes e Nunes Sobrinho (2008) para sinalizar, temporalmente, a acessibilidade entendida nos anos 40, especificamente em

relação à reabilitação ao mercado de trabalho e à vida em comunidade; evoluindo, nos anos 80, para a identificação na sociedade dos diversos tipos de barreiras - físicas, arquitetônicas, ambientais e atitudinais. Para esses autores, cujos estudos versam sobre o uso de tecnologias assistivas, novas articulações “no século XXI, o conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população” (NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008 apud PEREIRA, 2011, p. 81).

Para Condorcet (2006 *apud* Pereira, 2011, p.81) o significado preconizado pela ONU sobre acessibilidade, definido como processo para se alcançar igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade, cujo valor de orientação não seria a solidariedade - em seu sentido passivo e com tendência a transformar-se em instância última à bases do assistencialismo - e sim na participação ativa, no sentido de propiciar mecanismos de igualdade de oportunidades de acordo com as características próprias da pessoa com deficiência.

Do ponto de vista legal, a Lei nº 13.146 de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), cuja função atualiza e/ou define diversos conceitos pertinentes à inclusão, dentre eles, os conceitos de acessibilidade e de barreiras, nas diferentes perspectivas que possam se constituir em entraves para a inclusão.

De forma ampla, Garcia (2014) localiza o contexto brasileiro da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A raiz histórica da pessoa com deficiência em função de sua inserção no mundo social através do trabalho, e, por esse viés, distintas como “inválidas” (GARCIA, 2014, p. 167). Observa-se, ao longo da nossa história, diferentes normas ao longo do tempo que visam “superar uma condição de ‘invisibilidade’ e ‘tutela’ (GARCIA, 2017, p. 167) impostas pelos diferentes recortes temporais e suas respectivas sociedades.

Destaca ainda que o processo histórico no sentido de um tratamento humanitário deu-se de forma irregular, gradativa, heterogênea ao longo de muitos séculos. Identifica como importante a demarcação histórica constituída por Figueira (2008) no sentido que “as questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil - por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de

assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras - foram 'construídas culturalmente'" (FIGUEIRA, 2008 *apud* GARCIA, 2017, p. 168).

Na reflexão proposta por Garcia (2014), esse autor identifica como marco histórico -de passagem das ideias de caridade e de silenciamento para os ideais de construções sociais através da consolidação da representatividade das PcD's –, a instituição, pela Organização da Nações Unidas (ONU), do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981. Por esse motivo, Garcia (2014) cita Figueira (2008):

Se até aqui a pessoa com deficiência 'caminhou em silêncio', excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 - Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se 'organizar politicamente'. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2014 *apud* GARCIA, 2014, p. 168)

O destaque da ONU nesse cenário de agente provocador de uma cadeia sucessiva de desdobramentos legislativos está na constituição de um de seus princípios básicos⁹:

Realizar a cooperação internacional para desenvolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais¹⁰

Garcia (2014) observa que no Brasil, esse movimento possui congruência ao momento histórico político brasileiro, de sua transição do final de um regime militar para a redemocratização do país e a elaboração, através de uma Assembleia Constituinte, uma nova constituição para uma nação em vias de restabelecer o Estado Democrático de Direito. Para o autor, pode-se afirmar que esse ambiente de retomada da democracia, associados ao aumento dos movimentos de representatividade das PcD's eclodidos na esteira do ano de 1981, são elementos importantes que ajudam a explicar o contexto histórico da elaboração da nova constituição promulgada em 1988, também conhecida com Constituição Cidadã. A nova constituição fixou princípios gerais e garantias de direitos orientadoras de legislações futuras. Integrando, em sua essência, em diversos artigos "os direitos dos 'portadores de deficiência' [nas]

⁹ Propósitos ou princípios da ONU. As nações Unidas são regidos por uma série de propósitos e princípios básicos aceitos por todos os Países-Membros da Organização. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/principios/> acessado em maio de 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/principios/> acessado em maio de 2018.

mais variadas áreas e temáticas sociais, desde a não discriminação no trabalho até a acessibilidade (numa terminologia mais recente, passando pelas áreas clássicas como saúde e educação” (GARCIA, 2014, p. 169).

Garcia (2014) retoma a ideia central de Sassaki (1997) sobre o significado em se propor a integração das PcD's, dentro daquele contexto histórico, por implicar na real necessidade de subsidiar meios para a “reabilitação individual para que, por méritos próprios e o mais próximo possível de uma padrão de ‘normalidade’, essa pessoa pudesse ser integrada ou reintegrada nos sistemas gerais de educação, saúde e trabalho” (SASSAKI, 1997 *apud* GARCIA, 2014, p. 170).

Garcia (2014) destaca, contudo, que mesmo a garantia de direitos dentro de uma “legislação cidadã” (GARCIA, 2014, p. 172), a exemplo das leis referentes tanto à reserva de vagas em concurso público para servidores públicos (lei nº 8.112/1990) quanto à Lei de Cotas (lei nº 8.213/1990), enfrentou longo processo de demora para a sua regulamentação – fato ocorrido apenas através do decreto federal nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999 *apud* GARCIA, 2014, p 171). Problema esse salientado por Moro (2007) *apud* Garcia (2014, p. 171):

a regulamentação demorou dez anos para vir a lume, numa demonstração de que os direitos dos deficientes foram, ao longo de tantos anos, relegados a um segundo plano (MORO 2007 *apud* GARCIA, 2014, p. 171)

A contextualização histórica construída por Garcia (2014) pontua, ainda, dois importantes momentos históricos que nos ajudam a compreender a constituição do processo de amadurecimento histórico do Brasil para a inclusão da pessoa com deficiência. O primeiro, que é possível identificar, a partir do ano 2000, a presença de um “arcabouço legal” (GARCIA, 2014, p. 171) capaz de dar suporte à inclusão das PcD's e à eliminação das barreiras que impedem a sua inserção. Na mesma linha, em segundo lugar, o Estado reafirma e atualiza tal arcabouço legal ao ratificar, através do status de emenda constitucional, o documento formatado através da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

Nas palavras de Garcia (2014, p. 172):

Tal documento aprovado pelas Nações Unidas em 2006 por um colegiado de quase duzentos países, foi internalizado e ratificado pelo

Brasil, com status de emenda constitucional, por meio do decreto federal n. 6.949 de 2009 (Brasil, 2009). Constituiu-se, assim, no novo 'farol' para aperfeiçoar e balizar legislações futuras sobre a temática da deficiência e inclusão no país (GARCIA, 2017, p 172)

O Quadro 3, a seguir, sintetiza as principais características que cercam a temática da acessibilidade e da pessoa com deficiência nas perspectivas do paradigma da integração e da inclusão social.

Quadro 3 – Principais características da Integração e da Inclusão Social.

Acessibilidade e a Pessoa com Deficiência (PcD)	
<i>Integração</i>	<i>Inclusão Social</i>
Viés da Educação	Processo pela qual a Sociedade se adapta
Normalização	Parceria – Eliminação de Barreiras
Organizações da Sociedade Civil / Guerras	Processo de esforço BILATERAL
Representatividade Política (legislação)	
Esforço UNILATERAL	
Autores: Pessotti (1984); Aranha (1995); Platt (1999); Corrêa (2005); Sasaki (2006); Pereira (2011); García (2014)	

Fonte: Elaborado pelo Autor.

As questões sobre acessibilidade, articuladas nesse subcapítulo sob a perspectiva de seu contexto histórico, serve-nos para situar sobre o panorama atual de reconhecimento do público pessoa com deficiência, reivindicatório de políticas públicas permanentes para a efetivação plena de sua cidadania. A legislação pode ser entendida como reflexo de amadurecimento da sociedade contemporânea ao reconhecer os movimentos de lutas e em buscar meios para garantir a eliminação de barreiras nos diferentes aspectos da vida social. Demonstra, ainda, um alinhamento da legislação brasileira aberta e receptiva às boas práticas desenvolvidas pela comunidade internacional, constituindo-se em importante instrumento para o alcance da acessibilidade cujo desafio

presente é a sua sedimentação efetiva enquanto agente balizador da sociedade.

3.3 TIPOS DE ACESSIBILIDADE

O termo acessibilidade, como explorado no subcapítulo anterior, é uma terminologia própria do nosso tempo, em constante evolução a partir das transformações sociais que a sua apropriação provoca na construção permanente de uma nova realidade. Pereira (2011) nos lembra que sua “pré-história” (refiro-me ao tempo anterior formação do termo e sua disseminação enquanto vocábulo), era apenas “acesso fácil”.

O paradigma da integração, segundo Sasaki (2006), em síntese, teve sua importância por buscar meios e formas para tornar às pessoas com deficiência aptas para o convívio da sociedade, mesmo que tenha representado, nesse primeiro momento, apenas uma acessibilidade unilateral – no sentido de capacitar a pessoa com deficiência para acessar a sociedade, da forma como ela é normalizada¹¹.

Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torna-la mais aceitável no seio social (SASSAKI, 2006, p. 33)

Para Sasaki (2006), a superação desse esforço unilateral – característico do paradigma da integração, onde há apenas o esforço de adaptação da pessoa com deficiência para ter acesso aos meios e funções da sociedade, tidos como normais do cotidiano –, dar-se-á dentro do paradigma da inclusão e a construção de uma sociedade inclusiva¹². Segundo o autor, conceitua-se como inclusão social:

¹¹ **Normalização** como princípio trabalhado por Sasaki (2006) trata-se do “pressuposto básico a ideia de que toda pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura” (MENDES, 1994 apud SASSAKI, 2006, p. 31)

¹² Segundo Sasaki (2006): Uma **sociedade inclusiva** vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela favorece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.” (SASSAKI, 2006, p. 168).

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997 *apud* SASSAKI, 2006, p. 39)

Através do paradigma da inclusão, o termo acessibilidade torna-se atributo com contornos conceituais atualizados para o direcionamento mútuo de esforços – pessoa com deficiência e sociedade –, quando identificamos esforços permanentes para a eliminação das barreiras em seus diferentes aspectos. Acessibilidade passa a compreender a formação e/ou possibilidade de uso espaços ou de objetos por quaisquer pessoas, com independência de forma segura e autônoma. (SASSAKI, 2006; PEREIRA, 2011; BRASIL, 2015¹³).

Segundo classificação proposta por Sasaki (2006), a acessibilidade, em contraponto a diferentes tipos de barreiras, pode ser classificada em seis dimensões, a saber: a acessibilidade arquitetônica, a acessibilidade programática, a acessibilidade metodológica, a acessibilidade instrumental, a acessibilidade comunicacional e a acessibilidade atitudinal.

A **acessibilidade arquitetônica**, dentro das dimensões classificadas por Sasaki (2006) constitui apenas um dos aspectos que se opõem às barreiras identificadas como possíveis entraves para uma sociedade inclusiva, mas, por experiência própria, é uma das mais percebidas no dia a dia. Entende-se por acessibilidade arquitetônica o processo de eliminação de barreiras físicas existentes nos espaços ou equipamentos urbanos, bem como nos meios de transportes.

A **acessibilidade programática** versa sobre as eliminações de barreiras invisíveis, mas presentes nas constituições de leis, de normas institucionais, de

¹³ **Lei Brasileira de Inclusão: Lei nº 13.146 de 6 ed julho de 2015:** Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - **acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (...) BRASIL, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acessado em maio de 2018.

decretos, de regulamentações etc. (SASSAKI, 2006). Constituem-se pela presença de elementos imperceptíveis e/ou sutis, capazes de interferir na produção de políticas públicas ou, até mesmo, quando ela não contempla a efetiva inclusão das pessoas com deficiência. A longo do tópico anterior, em relação ao caso brasileiro, visualizamos um amadurecimento em relação a legislação direcionada a esse segmento populacional (BRASIL, 2015); contudo, acessibilidade programática também necessita de formas e meios para viabilizar a implementação, a fiscalização e a mensuração dos resultados previstos na legislação.

A **acessibilidade metodológica** constitui-se na conformação de métodos e de técnicas não só das ferramentas de uso cotidiano, mas também quanto ao modo ou fluxo dessas mesmas atividades do fazer cotidiano nos diferentes ambientes sociais do trabalho, da educação e/ou da capacitação, do lazer etc.

Para Cardoso (2012), cujos estudos dedica-se a acessibilidade em ambientes culturais, trabalha com a nomenclatura de **acessibilidade espacial**, concebendo como acessível a presença de quatro pontos-chaves, a saber: orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso. Por **orientabilidade** constitui-se na sabedoria e no conhecimento que o espaço físico oferece para a fácil localização de onde se está e para onde se quer ir. O **deslocamento** compreende os requisitos necessários ideais para a execução do percurso em termos horizontais e verticais. Por **comunicação** entende-se por obter boas condições de troca de informações durante a utilização do espaço e dos equipamentos que o compõe. E, por **uso**, o autor infere sobre a possibilidade de participação efetiva do indivíduo nas atividades desejadas, sem o necessário conhecimento prévio do ambiente.

A **acessibilidade instrumental** tem como objetivo a eliminação de barreiras presentes nas concepções de instrumentos, dos utensílios e das ferramentas voltadas para o estudo, o trabalho, o lazer etc. (SASSAKI, 2006). De acordo com Pereira (2011), os processos que envolvem as dimensões metodológica e instrumental compartilham dos diferentes avanços articulados

pela busca de uma vida autônoma e independente, inovações, muitas delas, proporcionadas pelas tecnologias assistivas¹⁴.

Para Sasaki (2006), entende-se por **acessibilidade comunicacional** os esforços direcionados para a eliminação das barreiras que permeia a comunicação interpessoal, a comunicação escrita ou a comunicação virtual. Nessa perspectiva que encontramos a codificação da palavra escrita proporcionada pelo sistema Braile e a linguagem por gestos e sinais através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). As barreiras comunicacionais são identificadas pelo despreparo da sociedade em geral, pela ausência de sua capacitação e de sua receptividade, tanto técnica quanto psicologicamente, ao atendimento e à comunicação com parcelas da população que comunicam de forma diferente às formas orais e escritas de nossa língua. Para além do despreparo da sociedade, ausente desde a formação na escola regular, a ausência do sistema Braile e de LIBRAS, na constituição de diferentes formas de sinalização naquilo que Cardoso (2012) analisa quanto à acessibilidade espacial, são formas complementares para auxiliar na eliminação das barreiras arquitetônicas.

Por último, Sasaki (2006) infere as características que compreendem a **acessibilidade atitudinal** cujos esforços objetivam a eliminação de preconceitos, de estigmas, de estereótipos e de discriminações, quanto às diferentes formas de manifestações de deficiência e sua relação quanto à sua capacidade de exercício da cidadania.

Pereira (2011), ao abordar estas dimensões de acessibilidade, destaca que, mesmo divididas, necessitam de ações que as tornem efetivas e – todas elas – desenvolvidas para formar um corpo congruente e efetivo, com olhos em uma sociedade inclusiva. (SASSAKI, 2006 apud PEREIRA, 2011)

A autora propõe, ainda, uma outra dimensão de acessibilidade, como complemento de análise possível, na dimensão está que compõe aspectos da **acessibilidade psicológica**, baseado nos estudos de Elali, Araújo e Pinheiro (2010). Nessa perspectiva, a análise pode compreender elementos que não se

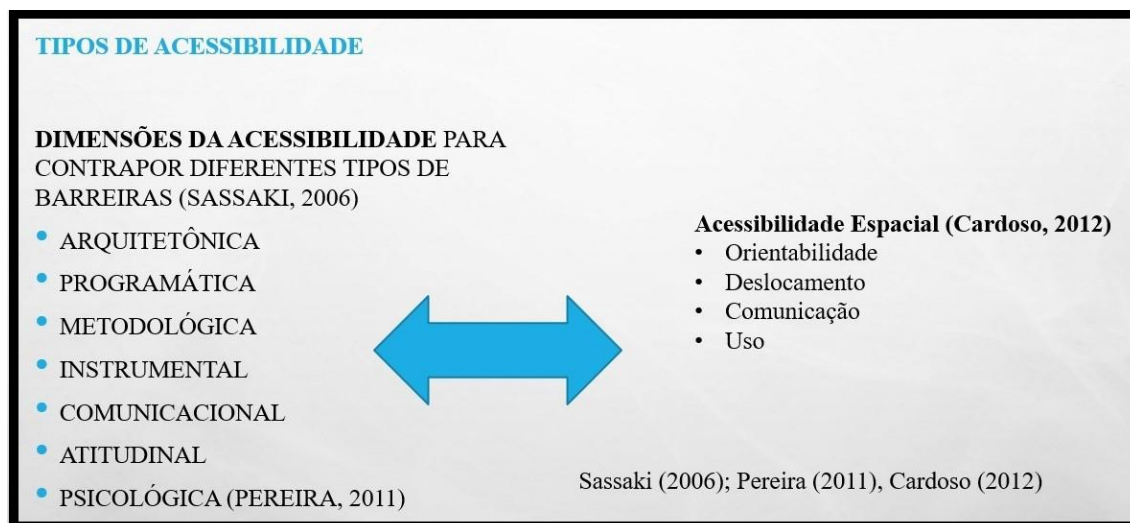
¹⁴ **Tecnologias Assistivas (PEREIRA, 2011):** É toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência ou dificuldades. É considerada Tecnologia Assistiva, portanto, desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade (ITS, 2008 apud PEREIRA, 2011, p. 85)

esgotam na dimensão física – em nosso estudo de caso, não se esgota ao ambiente do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT 4º Região* –, mas “a possibilidade da pessoa com deficiência de perceber-se como inserida/inserível em um determinado ambiente, e vislumbrar a possibilidade de ser relacionar com ele” (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010 *apud* PEREIRA, 2011, p. 83). Em relação a essa complexidade elencada por Pereira (2011) em relação ao lugar, complementa:

As noções de “ambiência” e “Lugar” emergem [...] como condicionantes da posição e/ou do deslocamento dos corpos no espaço e estes corpos significam a situação do “EU” no mundo, ou seja, o desdobramento das percepções, dos afetos, das aspirações e das emoções dos indivíduos que usam o espaço. (DUARTE; COHEN, 2010 *apud* PEREIRA, 2011, p. 83)

O Quadro 4 faz breve resumo das principais dimensões sobre acessibilidade abordados nesse subcapítulo:

Quadro 4 – Dimensões da Acessibilidade



Fonte: Elaborado pelo Autor.

As dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2006) será suporte para a análise do estudo de caso, em relação as distintas formas de acessibilidade possibilitas pelo ambiente a qual desenvolveu-se o *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT 4º Região*. A Acessibilidade, na visão dos autores abordados, é um processo permanente que, mesmo desmembrado em dimensões, elas necessitam de medidas congruentes e que extrapolam a

esfera física, constituindo diferentes formas de percepções e de pertencimento da pessoa com deficiência em relação a sociedade a qual pertence.

Do ponto de vista da acessibilidade, os diferentes aspectos aqui abordados servem de instrumento para avaliar os diferentes níveis de inclusão que determinado meio social oferece às pessoas com deficiência. Mesmo sob diferentes dimensões, pensar em acessibilidade tem o objetivo eliminar e proporcionar a inclusão plena da pessoa com deficiência em seu meio social.

4 ESTUDO DE CASO: ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4ª REGIÃO

O presente capítulo será subdividido em três pontos: procedimentos metodológicos, descrição do Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região e, por fim, a análise dos recursos de acessibilidade presentes no evento.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Lakatos (2001), todas as ciências são caracterizadas pela utilização de método científico. Contudo, o mesmo autor afirma que nem todos os ramos de estudo que se apropriam de utilização de métodos são caracterizados de ciências. A importância do método, sobretudo, está na identificação de um conjunto de atividades, ordenadas de forma sistemática cujas ações creditam maior segurança e maior economia na busca pelos objetivos propostos (conhecimento válidos e verdadeiros), conduzindo o pesquisador pelo caminho a ser seguido e possibilitando a detecção de erros de direções, auxiliando nas tomadas de decisões.

Por esse viés, a escolha de um método constitui-se como parte fundamental para a elaboração de uma pesquisa. De acordo com Köche (1997), o método deve ser entendido como a descrição de passos gerais a serem empregados no processo de investigação científica. No mesmo sentido, Barros e Junqueira (2005) relatam que:

as técnicas de pesquisa disponíveis na literatura são como um conjunto de ferramentas. A escolha da ferramenta de trabalho é fundamental para conseguir êxito na pesquisa. As opções são várias, mas a definição deve ser feita a partir do problema de pesquisa e do objeto de estudo (BARROS; JUNQUEIRA, 2005 p. 45)

Para Freitas (2002), o método é elemento essencial para se estudar o homem como unidade biológica e como ser social, participante de um processo histórico, no qual, enquanto sujeito, está assinalado e inserido na cultura através da qual produz e reproduz a realidade social e é produzido por ela. Desse modo, a pesquisa proposta neste trabalho busca analisar o *Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região*, utilizando de

estudo de caso, a partir da revisão bibliográfica pertinente e da participação observante do pesquisador com deficiência.

Segundo Godoy (1995), os mecanismos da pesquisa qualitativa permitem uma melhor compreensão do fenômeno descrito dentro do contexto em que ocorre e do qual faz parte. Richardson (2007) complementa por caracterizar a pesquisa qualitativa como uma tentativa de se buscar uma compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pela condição explorada. Para Neves (1996, p.1):

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumentos estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto do estudo (NEVES, 1996, p. 1)

Ainda, Richardson (2007) destaca a validade da pesquisa qualitativa, uma vez que esta se caracteriza exatamente pelo fato de não buscar quantificar dados e informações obtidas em uma pesquisa, mas sim em realizar análises sem instrumental estatístico de situações complexas e específicas, como é o caso do objeto deste estudo. Conforme Freitas (2002), pesquisa qualitativa trabalha com dados subjetivos que só fazem sentido após um tratamento lógico, resultante da observação do pesquisador.

A pesquisa qualitativa subsidiou a compreensão e a construção do estudo de caso em face da análise da descrição dos aspectos de acessibilidade articulados mediante a observação das necessidades apresentadas pelo público servidor com deficiência. As questões de subjetividades descritivas por parte do pesquisador visam demarcar o panorama apresentado pela organização do evento, cujos recursos presentes em artefatos e nas possibilidades de autonomia do público espelham o entendimento da organização sobre aspectos de integração social e/ou inclusão social.

A revisão bibliográfica, de acordo com Gil (2002), é a fase cujo desenvolvimento dar-se-á com base no material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, o que permite ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos. Deste modo, livros periódicos e impressos diversos, incluindo conteúdos digitais, possibilitam a reunião dos

mais variados estudos realizados sobre a temática a ser abordada, facilita o caminho a ser percorrido pelo pesquisador e permite avanços a respeito dos assuntos delimitados pelo trabalho a ser desenvolvido neste trabalho.

Para Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica compreende a

busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento de referências que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final) (MACEDO, 1994, p. 13)

Segundo Stumpf (2005), a revisão bibliográfica constitui-se como passo inicial para qualquer trabalho de pesquisa, no qual se contempla a identificação da bibliografia pertinente ao assunto abordado, através de processos de análise e de seleção da literatura pertinente. Da mesma forma, para Gil (2002), estas muitas vezes constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla, quando o tema é abrangente e universal, torna-se necessário seu esclarecimento e delimitação, através de processos de revisão da literatura.

Lakatos et al. (1992) considera a revisão bibliográfica ou de fontes secundárias como o levantamento de bibliografias já publicadas em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Para a autora, a “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (LAKATOS, 1992, p. 44)

Stumpf (2005, p. 51) refere-se a revisão bibliográfica como:

o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre os assuntos, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. (STUMPF, 2005, P. 51)

Por essa perspectiva, a autora credita ao método de pesquisa bibliográfica a necessária articulação durante todo o processo de busca de informações, servido de caracteres balizadores para a construção do conhecimento. O caminho traçado pela pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador o contato com a literatura já existente, ancorar-se no conhecimento já desenvolvido e dar subsídios para que avance nos estudos sobre determinado assunto. Assim, para Stumpf (2005, p. 61) “descobrir o que

os outros já escreveram sobre um assunto, juntar ideias, refletir, concordar, discordar e expor seus próprios conceitos pode se tornar uma atividade criativa e prazerosa”

Em síntese, Marconi (2001, p. 43) delimita como pesquisa bibliográfica por:

[...] trata[r]-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita [documentos eletrônicos]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (MARCONI, 2001, p. 43).

A pesquisa bibliográfica orientou a proposta de análise – através do método de estudo de caso, de caráter descritivo –, do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região* fornecendo subsídios para correlacionar às temáticas sobre acessibilidade e pessoa com deficiência com os entendimentos próprios do uso da ferramenta eventos, tratado como fenômeno de dimensões políticas para o campo da comunicação, sob a ótica do profissional de relações públicas.

A definição acerca do método estudo de caso encontra-se em Yin (2001, p. 32):

O estudo de caso é uma inquirição empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (YIN, 2001, p. 32)

O método de estudo de caso permite, dessa forma, que o pesquisador faça investigações a respeito do fenômeno observado a partir do contexto de suas práticas, reunindo diferentes fontes de evidência para dar suporte a sua interpretação. Nesse sentido, Duarte (2005) afirma que o estudo de caso é adequado quando se pretende examinar eventos contemporâneos. Para Yin (2001) faz-se importante a adoção do método do estudo de caso quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “por que”, e nas quais o pesquisador tenha baixo controle de uma situação que, por sua natureza, esteja inserida em contextos sociais.

Para Goode e Hatt (1979), o estudo de caso seria um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto estudado. Yin (2001) relata a capacidade que o método comporta em lidar com uma ampla

variedade de evidências - documentos, artefatos, observações. Para fins da análise do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região*, a análise dos dispositivos presentes na constituição do evento pode nos conduzir ao retrato atual quanto aos diferentes aspectos da eliminação de barreiras para a promoção da acessibilidade, com o potencial de demarcar o contexto histórico, cujo nível ou grau de implementação são capazes de espelhar o amadurecimento da legislação pertinente e a sua efetivação em termos de abertura e aproximação com o público pretendido.

O estudo de caso permite a análise do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região* enquanto objeto empírico, que, dentro da soma de procedimentos previamente planejados (YIN, 2001), o lugar de fala do pesquisador - servidor com deficiência -, permite localizar o fenômeno como representativo.

A inserção do pesquisador deu-se pela utilização da técnica de participação observante, na qual o olhar do pesquisador desta pesquisa fora acrescido das perspectivas de: i) servidor com deficiência física identificado com o segmento de pessoas com mobilidade reduzida, usuário de cadeira de rodas, pertencente ao quadro de servidores por meio de concurso público desde 2004; ii) servidor com deficiência membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e da Comissão Organizadora do Encontro Estadual de Servidores com Deficiência da 4ª Região; e, III) estudante de relações públicas.

Diante da posição do pesquisador perante o objeto analisado, Peruzzo (2017) caracteriza a observação como a interação entre o pesquisador e o grupo ou contexto pesquisado, isto é, “consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2017). Por essa perspectiva, o pesquisador faz parte do grupo analisado, sem interferir na observação através de sua presença, pela naturalidade por pertencer e/ou assemelhar-se ao público de servidores com deficiência. Ao passo que, por pertencer tanto à Comissão Organizadora do Evento quanto a CPAI, o pesquisador pode-se valer de fontes primárias, segundo Lüdke e André (1986) e acesso a um conjunto variado de informações, inclusive confidenciais; contudo, sem a necessidade de o pesquisador revelar suas intenções de pesquisa e sua identidade como

pesquisador - uma vez que a análise subjetiva não teve objetivos de exposição das identidades envolvidas.

Uma das vantagens dessa técnica de pesquisa, segundo Gil (2007), é a tendência de redução da subjetividade comumente presente nas pesquisas em virtude da análise e da coleta de dados serem realizados de modo direto, sem nenhuma intervenção nesse processo. Segundo Richardson (2007), outra vantagem, ainda, é o fato de a obtenção da informação e observação das atitudes e dos fatos no momento em que acontecem atribui a técnica de pesquisa observante maior riqueza de dados e, posterior, facilita a análise do objeto.

Os aspectos quantitativos esboçados nos auxiliam, para fins de nosso estudo caso, para demonstrar o público de servidores com deficiência, discriminados em físico, visual e auditivo tanto em termos totais quanto àqueles que participaram do Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região.

4.2 O EVENTO: ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4^o REGIÃO.

Como análise e construção desse estudo de caso, foi utilizado para compor o objeto de pesquisa empírica o *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região*. O evento foi realizado nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, nas dependências do Auditório Ruy Cirne Lima (e salas auxiliares), localizados no Foro Trabalhista de 1^o Grau –, cujo endereço situa-se na Av. Praia de Belas n^o 1432, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

O *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região* foi um evento pioneiro no âmbito do Tribunal do Trabalho da 4^o Região, idealizado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) para promover aproximação dos servidores com deficiência que constituem o seu quadro funcional não só junto a Administração do TRT4, através desta comissão, mas também como um ambiente propício para que este público pudesse conhecer uns aos outros e para troca de experiências. A administração do TRT4 disciplina a instauração da referida Comissão Permanente de Acessibilidade e

Inclusão (CPAI) através da Portaria nº 4.699, de 31 de agosto de 2016 (Anexo B) cujas considerações que embasam sua edição remontam à fixação de garantias constitucionais desde 1988, com necessidades ainda urgentes de interpretação para a adequada articulação de políticas inclusivas.

O *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT4* constitui-se em exemplo e síntese daquilo que está previsto em seu Artigo 1º:

Instituir, no âmbito do TRT da 4º Região, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI, dotada de caráter multidisciplinar, com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem a sua inclusão e adequada ambientação. (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4º REGIÃO. Portaria nº 4.699, de 31 de agosto de 2016.)

A CPAI, através da figura de seu coordenador - juiz auxiliar designado pela presidência da instituição –, delegou-se o papel de consolidar formas e meios para que as questões pertinentes à promoção da acessibilidade pudessem ser (re)interpretadas em políticas permanente de inclusão. O artigo 2º da mesma portaria menciona a Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, sobre a qual determina, entre vários pontos, a instituição da CPAI em termos locais - em todos os órgãos do Poder Judiciário da União – como suporte para articular tais políticas. Em seu Artigo 2º:

Compete à CPAI fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade e os projetos pedagógicos de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência, direcionadas à promoção da acessibilidade, tais como aquelas descritas no artigo 10 da Resolução nº 230/16 do Conselho Nacional de Justiça (...) (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4º REGIÃO. Portaria nº 4.699, de 31 de agosto de 2016.)

Para fins de análise do presente estudo de caso, sob a perspectiva da área de relações públicas, não cabe a análise e a exposição pormenorizada de leis, decretos ou portarias que versam sobre a temática pessoa com deficiência. Cabe-nos apenas ressaltar que a Resolução nº 230/16 do CNJ resume um extenso arcabouço legislativos acerca da pessoa com deficiência - dentre os quais são atualizados tanto pelo Decreto nº 6.949/2009, na qual promulga os dispositivos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo; quanto pelo teor da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) -, e avança no sentido da articulação e da implementação dos respectivos desdobramentos em realidade, em ações efetivas dentro da sociedade. A postura comunicativa que avalio é no sentido de amadurecimento institucional frente a uma realidade que não carece de novas lei, mas sim da transformação da sociedade a partir da legislação já existente.

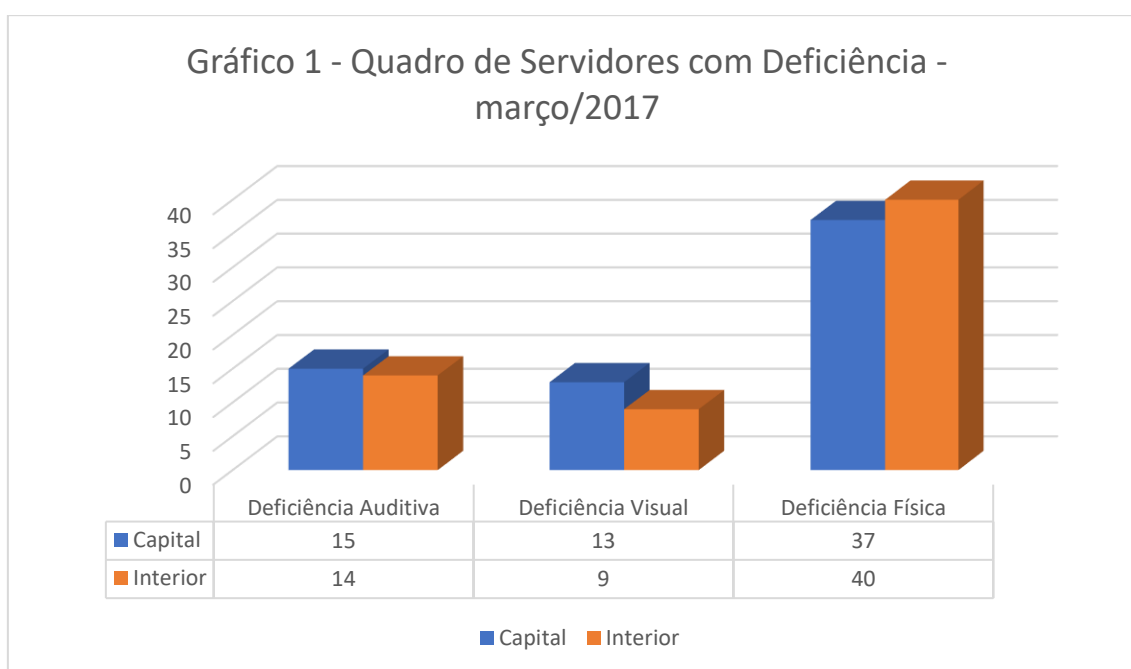
O evento *Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT4* foi idealizado pela CPAI, com aval direto da Presidência da Instituição e com caráter multissetorial. A Comissão Organizadora foi coordenada por representante da Seção de Capacitação, articulando servidores do Cerimonial, Seção de Acompanhamento Funcional, Direção Geral, Secretaria de Comunicação. A posição da participação do presente pesquisador na composição da equipe organizadora do encontro inseriu-se por convite tanto em função de pertencer à CPAI do TRT da 4º Região, quanto por ser servidor com deficiência, para contribuir com o olhar de pessoa com deficiência na categoria de mobilidade reduzida, usuário de cadeira de rodas.

A realização do evento, entendido como meio para valorizar a aproximação da instituição junto ao seu público de servidores com deficiência – pelo viés de princípios éticos do serviço público, da capacitação e de cidadania –, o encontro foi ajustado para compreender a rubrica de investimento do tribunal destinado à capacitação de seus servidores e pelos respectivos critérios que regulamentam os eventos de capacitação do Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região tanto para a concessão de horas de capacitação do quadro funcional (adicional de qualificação por ação de treinamento), quanto para a concessão de diárias e ressarcimento de deslocamento para os servidores com deficiência oriundos do interior do Rio Grande do Sul - acima de 200 km de distância de Porto Alegre, avaliado a cada caso.

O *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4º Região*, construído com viés de evento de capacitação, não estabeleceu uma temática específica, contudo expôs como objetivo do evento “*Conhecer as singularidades, individuais e comuns, quanto ao tema e promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida*”.

A proposta inicial era a realização de um evento interno, para um público de servidores com deficiência, cerca de 134 pessoas, à época da organização

do encontro – visto que a capacidade máxima do auditório comporta 150 pessoas. A organização do evento desencadeou a atualização cadastral de seus servidores e a formação de lista de e-mail específica da CPAI com os demais servidores com deficiência, até o mês de março de 2017. Através desta lista de e-mail atualizada, foi enviada e-mail de sensibilização intitulado “Consulta sobre interesse de participação em Evento (Anexo C), obtendo-se 48 respostas: 31 declararam interesse e 17 manifestações de ausência (férias, ausência de interesse ou dificuldade de deslocamento). (Fonte: CPAI/TRT4º Região)



Fonte: Elaborado pelo autor /CPAI TRT 4º Região

O público de servidores com deficiência constitui-se como foco principal para a realização do encontro, cujas características possuem diferenças complexas mesmo dentro das tipificações mais amplas em física, visual e auditiva. Por essa perspectiva que o encontro foi idealizado, para demarcar uma nova postura e processos de inclusão a partir da aproximação das singularidades de servidores com deficiência, distribuídos no Estado do Rio Grande do Sul – como demonstra o Gráfico 1 (Quadro de Servidores com Deficiência – março/2017.). O Gráfico 1 esboça, ainda, o quantitativo populacional total dos servidores e seus respectivos tipos de deficiência, aliado

a sua distribuição entre os servidores do interior Estado e os servidores pertencentes à capital, Porto Alegre.

Considerando a capacidade máxima do auditório em 150 lugares, considerou-se expandir o convite tanto do evento e, posteriormente, persistindo a ociosidade, para gestores dos servidores PcD's, demais servidores internos e, por último, gestores e demais simpatizantes tanto do Tribunal Regional Federal da 4º Região quanto do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

A programação (Anexo D), desenvolveu-se no dia 21, pelo turno da tarde e no dia 22 pelos turnos da manhã e tarde, abrangendo, além das boas vindas da administração e apresentação da CPAI do TRT da 4º Região, palestra, oficina temática para debate e apresentação cultural, como ato de fechamento do encontro. O público participante, identificado por lista de presença, contava com 57 servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região, 3 servidores do Tribunal Regional Federal da 4º Região (Seção Judiciária do Rio Grande do Sul), e 5 servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

A seguir será analisado os recursos de acessibilidade que constituíram a realização do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4º Região* a partir da observação participante realizada pelo pesquisador, quanto a presença destes recursos enquanto elementos que viabilizaram autonomia de seus participantes. O pano de fundo a ser articulado é o uso da ferramenta evento como meio de comunicação e a sua forma de planejamento, pela perspectiva do profissional relações públicas, balizado através das definições de públicos e suas características em relação a instituição.

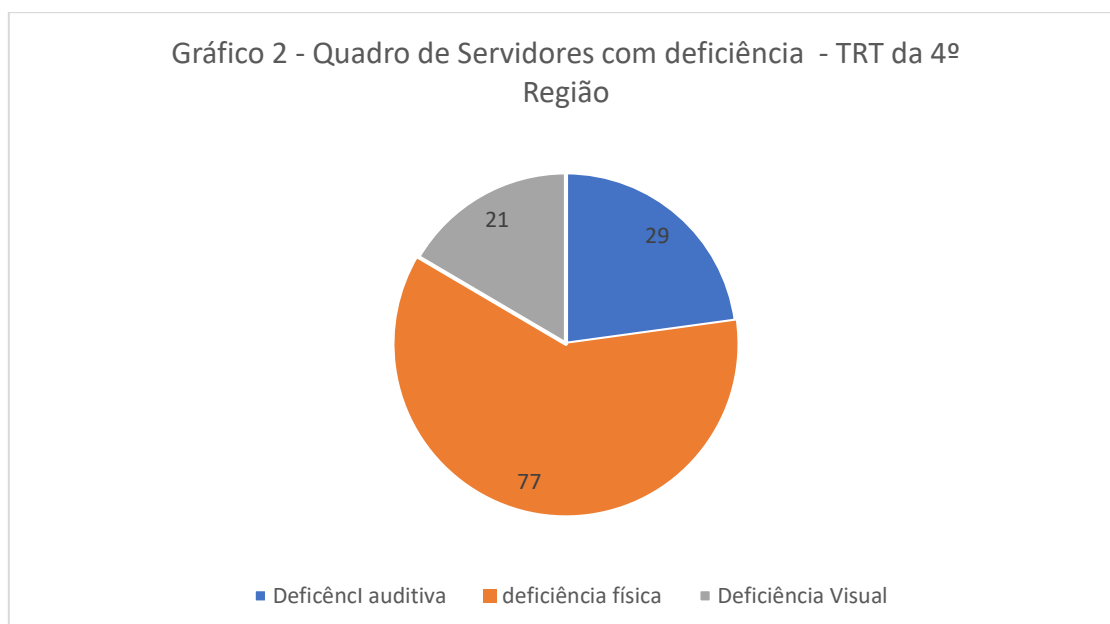
4.3 RECURSOS DE ACESSIBILIDADE: OBSERVAÇÕES AO ENCONTRO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT DA 4º REGIÃO

O evento que serve de objeto para este estudo foi construído para aproximar o público de servidores com deficiência do quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 4º Região, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. A partir desse perfil de servidores, o planejamento do evento desenvolveu-se sob a necessidade de local com acessibilidade aos diferentes

tipos de deficiência. De acordo com Sasaki (2006), promover a inclusão da pessoa com deficiência, sob a perspectiva da inclusão social e de uma sociedade pensada para todos, perpassa pelo planejamento concebido pelo viés inclusivista desde a sua concepção.

A realização do encontro, segundo Giácomo (1997), caracterizando enquanto fenômeno capaz de catalisar os esforços de comunicação, fazendo uso de suas capacidades intrínsecas proporcionadas pela interação e motivados por uma ideia ou ação. Enquanto instrumento planejado, executado e avaliado pelas capacidades inerente ao profissional de relações públicas, de acordo com Simões (1995), o encontro destaca-se com elemento que segmentou e alterou, de forma sinérgica, a história da instituição com o seu público de servidores com deficiência.

De acordo com o Gráfico 2, o quadro de servidores com deficiência do TRT 4º Região (dados atualizados de março de 2017) há 134 servidores PcD's, dentro de um universo de 3540 servidores¹⁵ ativos, representando 3,79% do quadro de servidores. Esse segmento populacional possui complexidades distintas e particulares dentro das tipificações bases em deficiência física, visual e auditiva.



Fonte: Elaborado pelo autor /CPAI TRT 4º Região

¹⁵ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. Dados disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/estrutura>, acessado em maio de 2018

Enquanto política permanente de ingresso da pessoa com deficiência, via concurso público, há como marco inicial a reserva de vagas através da lei nº 8.112/1990¹⁶ (Estatuto do Servidor Público). Do ponto de vista histórico, o quadro de servidores tem-se constituído de forma permanente desde 1990, desdobrando-se de forma progressiva, lenta e gradual. O tempo recortado demonstra processos adaptativos para atender a cada caso em seu universo particular, diferente daquilo que se defende a partir de Sasaki (2006), da inclusão pensada para os multiversos de pessoas com deficiência.

O Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região demonstra-se enquanto marco na história da relação entre a instituição e o seu público de servidores com deficiência, no sentido de propiciar ambiente capaz de reunir os diferentes universos e suas respectivas singularidades para o diálogo com a instituição e, da mesma forma, a possibilitar contato e processos de identificações entre si. Passados cerca 37 anos após a possibilidade de formação, em seu quadro funcional, da inclusão da pessoa com deficiência no serviço público federal, a realização do encontro atualiza a postura administrativa, sedimenta a permanente política com viés inclusivista e provoca a abertura de uma nova postura institucional, dotado de implicações políticas decisivas, assim como referem-se Simões (1995) e Giácomo (1997) em relação aos significados que um evento como esse representa para a história da instituição e na relação com o seu público.

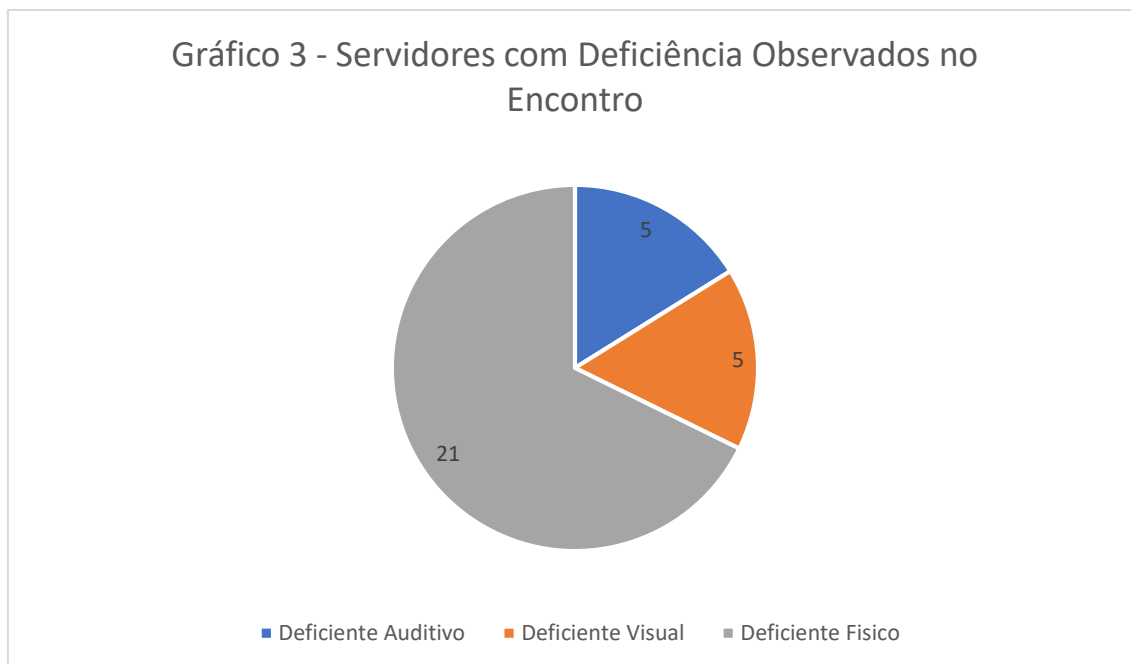
Cabe ressaltar, ainda, que o marco representativo da realização do Encontro está em sintonia com Simões (1995) no que se refere a suprir uma necessidade observada de aproximar seus públicos de servidores com deficiência, de proporcionar campo de diálogo para construir, de forma compartilhada, a inclusão do seu servidor de forma efetiva e permanente. A realização do encontro, enquanto fenômeno de dimensões políticas e de interferência na história da relação organização-público com deficiência traz para a superfície o reconhecimento da instituição pela construção permanente da identificação de barreiras que ainda possam inviabilizar sua inclusão.

¹⁶ BRASIL (1990) **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm , acessado em maio de 2018.

O *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região*, realizados nos dias 21 e 22 de agosto de 2017, realizado no Auditório Ruy Cirne Lima, tido como o primeiro evento realizado pela instituição com objetivos e esforços, adequados pelos parâmetros que ditam a administração pública em relação à viabilidade e razoabilidade, para tornar visível a postura da administração perante esse segmento e receptiva às, ainda, necessidades de melhorias em seus processos de inclusão¹⁷.

De acordo com Sassaki (2006), mesmo em se tratando de pessoas com deficiência, nem todos necessitam de modificações para que sua integração seja efetivada, ao passo que há, igualmente, a parcela de pessoas que necessitam de diversos recursos de acessibilidades para a sua inclusão na sociedade. Por esse viés, o pesquisador fará seus apontamentos quanto aos recursos de acessibilidade, nas diferentes dimensões sobre acessibilidade de Sassaki (2006) e ao conceito de acessibilidade espacial de Cardoso (2012), a partir do recorte apresentado no Gráfico 3, referente aos servidores com deficiência do TRT da 4ª Região, pertencente ao seu quadro funcional. Visto que, após análise de vagas ociosas, o encontro foi aberto a servidores do TRT da 4ª Região, TRF da 4ª Região e TRE/RS.

¹⁷ Faço breve relato desse episódio para ilustrar que a eliminação das barreiras de cunho programático requer amadurecimento, fiscalização e abertura para novas interpretações, para que problemas vivenciados pela história da instituição sejam sanados. Melhorias ou processos de refinamento para encontrar os melhores métodos de aplicação, por exemplo da lei que reserva vagas em concurso público, apresenta na Lei nº 8.112/90. Como relato particular, por exemplo, descrevo fato ocorrido por ocasião da minha posse como servidor no TRT da 4ª Região. Faço parte do quadro de servidores com deficiência, cujo ingresso deu-se através pela reserva de vagas em concurso público, desde o ano de 2004. Ao longo dessa história da relação organização-servidor público, analiso que a instituição se esforça em amadurecer os diferentes mecanismos de acessibilidade, principalmente a metodológica e instrumental junto ao meu local de trabalho – inferindo a resolução de problemas de acordo com cada caso. Contudo, o preenchimento da minha vaga esteve prejudicado por um erro de acessibilidade programática, que não esclareceu, de forma detalhada, os critérios para preenchimento – em síntese, como seria, para fins daquele edital, a interpretação em relação ao percentual das vagas reservadas: se o percentual se referia ao cargo ou à área administrativa a ser lotado.



Fonte: Elaborado pelo autor

O planejamento antecipado quanto ao local de realização faz parte das ferramentas intrínsecas pertencentes ao profissional de relações públicas, conforme Giácomo (1997), para a elaboração do evento enquanto ferramenta de comunicação. De acordo com Kunsch (2003), ao provocar a oportunidade de visibilidade das suas concepções de valores e da sua cultura, o estudo de formas de aproximar seu público envolve construir a personalidade da organização também na disponibilização de recursos que contemple as necessidades de sua ação. Para Giácomo (1997) a concepção do evento, dentro das definições de planejamento estratégico e com tendência para o sucesso, depende da planificação quanto às necessidades do público de interesse. O sucesso de realização do evento, segundo a autora, está atrelado a capacidade de captação proposta pelo tema a ser desenvolvido e, a partir de, das percepções qualitativas que se pode observar quanto a interação do público entre si e com a instituição.

A construção do perfil de público de servidores com deficiência, pela perspectiva de França (2008), pode contribuir para esclarecer o seu nível de relação com a organização, localizando-os em termos qualitativos e em poder de influenciar e/ou obstaculizar o alcance dos objetivos organizacionais. A forma do segmento funcional constrói-se em termos organizacionais através de dispositivos legislativos, por reserva de vagas. Desse modo, o público pode ser

classificado com essência, cujos ideais pertinentes a inclusão norteia a inserção de sua cidadania através do serviço público e sob suporte legal para suprir condições de trabalho compatíveis às suas necessidades.

Enquanto órgão pertencente ao judiciário, os servidores com deficiência podem atuar em diversas unidades em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com suas competências – seja nas atividades-fim do judiciário, seja na estrutura de apoio administrativo. Seu poder de interferir nos objetivos organizacionais estão amparados não só em termos legislativos, mas também, direta ou indiretamente, operarem distintos dispositivos da área jurídica, capacitando-os enquanto público crítico e reivindicador de políticas de inclusão efetivas por parte da instituição.

A partir das concepções de Duarte (2007), temos a clareza que quaisquer eventos só têm sentido em função do público pretendido, segundo Giácomo (1997) melhor classificado quando inferido como público de interesse, para otimizar o desenvolvimento da ação. Os elementos temáticos, segundo a autora, serão capazes de proporcionar a participação ativa do público quando contempla suas expectativas e suas motivações de participação

O local escolhido foi o prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre, local onde o TRT da 4^o Região possui instalada as estruturas de auditório, Escola Judicial e biblioteca; cujos recursos de acessibilidade arquitetônica comportavam as dimensões gerais do público segmentado. A realização do *Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT da 4^o Região* concentrou-se nos dois primeiros andares do prédio III. Os espaços dedicados ao evento compreendem, no andar térreo: hall para confraternização e convivência, três salas de apoio para as oficinas de debate e banheiros com acessibilidade para PcD's; já no segundo andar, utilizou-se do Auditório Ruy Cirne Lima, recepção e credenciamento, hall de convivência e banheiros com acessibilidade arquitetônica.

Figura 1 – Rampa de acesso Prédio III

Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

A acessibilidade arquitetônica contempla as características gerais que concernem as pessoas com mobilidade reduzida, contudo sob a perspectiva de Cardoso (2012), a acessibilidade espacial apresenta certa desarmonia. Na Figura 1, observa-se a presença de uma rampa de acesso lateral, dando acesso ao hall de confraternização e convivência, além das salas para debate para acesso para usuários de cadeira de rodas e demais mobilidades reduzidas. A necessidade de se utilizar a rampa exige a saída do prédio e o seu contorno, para ter acesso a segundo ambiente, ao fundo. A entrada principal, localizada a esquerda da rampa (Figura 1), compreende tanto escada de acesso ao segundo andar e ao ambiente ao fundo (confraternização e convivência, além das salas) e o elevador que atende ao prédio III. A acessibilidade espacial, dessa forma, percebe-se adaptada e com necessidades permanentes de sinalização que facilite os pontos de orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso do espaço para eventos.

Figura 2 – Rampa lateral de acesso ao palco



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

No auditório Ruy Cirne Lima – onde foram realizadas as atividades do grande grupo relativos a abertura, palestra e monólogo –, o planejamento efetivou o acesso lateral, através da implementação de uma rampa para acesso ao palco para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida (Figura 2). Dessa forma, demonstrou-se preocupação do evento em possibilitar a participação e o protagonismo dos diferentes tipos de servidores com eficiência nas atividades desenvolvidas. O próprio monólogo, apresentado ao final o evento como ação cultural, o ator era usuário de cadeira de rodas.

Contudo, a implementação dessa rampa eliminou a possibilidade de acesso dessas mesmas pessoas de usar o espaço imediatamente entre a primeira fila de cadeiras e o palco. Minhas possibilidades de uso, por exemplo, limitaram-se a usar o espaço ao fundo do auditório ou, apenas durante esse evento, retirou-se uma fileira ao centro do auditório (Figura 2), adaptando, de forma provisório, um espaço para até duas pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Na fase do planejamento, a acessibilidade metodológica pode ser identificada pela utilização dos meios de comunicação institucional do TRT da 4ª Região, constituída por e-mail funcional e intranet – meios de comunicação oficial da instituição com seus servidores. Essas ferramentas de comunicação oficiais da instituição são identificadas como meios de acessibilidade plena

contemplados pela instituição, uma vez que são compatíveis com programas leitores de tela que auxiliam as pessoas com deficiência visual na navegação tanto da intranet quanto para a leitura de e-mails. O planejamento do encontro utilizou-se de lista de e-mail funcional de servidores com deficiência, atualizadas a pedido da CPAI, através de dois tipos de e-mail: o primeiro intitulado “Consulta sobre interesse de participação em evento”, objetivando apresentar a iniciativa da administração em desenvolver o encontro e sondar a quantidade de interessados na ação, visto a política institucional em investir no encontro dependendo da adesão dos participantes; o segundo, intitulado “Encontro de Servidores com Deficiência – Inscrições Abertas”, destacando a programação do evento, período de inscrições e “público-alvo” (forma descritiva dos tipos de cargos/funções/áreas a qual se dedica suas ações de capacitação e eventos). Destaca-se que os formulários de inscrições utilizam-se de ferramentas semelhantes às que formam a intranet da instituição, acessíveis para os servidores com deficiência visual através dos mesmos softwares leitores de texto – presentes nas estações de trabalho dos servidores com essa necessidade específica.

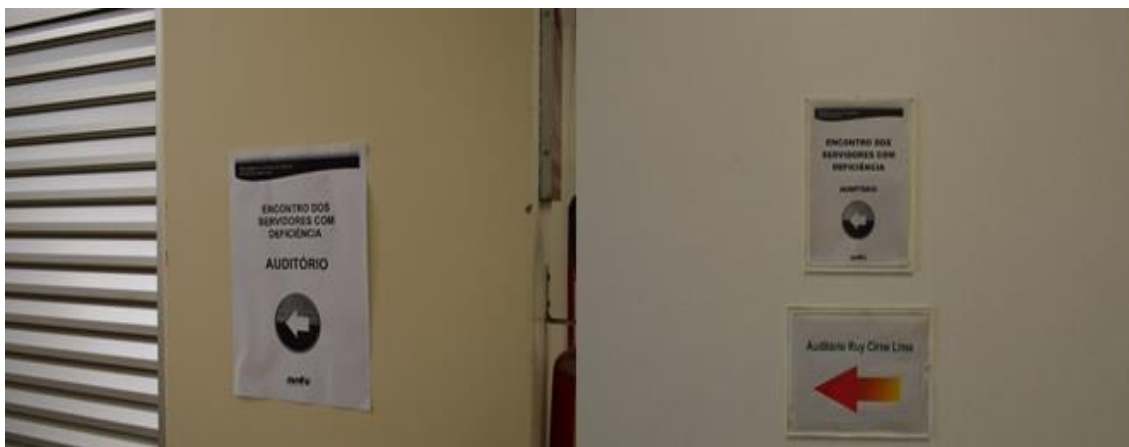
A construção da imagem da instituição frente a idealização do encontro de servidores com deficiência articula-se enquanto imagem positiva desde o compartilhamento através de e-mail de sensibilização e manifestação de interesse em realizar a ação. Grunig (2011) infere a preocupação presente de articular as prioridades do público, ao alinhar-se seus objetivos com a instituição ou evento, na formação da imagem da instituição.

Segundo as definições de Matias (2001), o público adere ao encontro mediante inscrição, em período programado, constituindo um evento de cunho fechado, de caráter institucional. O período de inscrições coletou informações necessárias quanto aos recursos pertinentes ao deslocamento e concessão de diárias e a possibilidade de tratar, caso a caso, as diferentes formas de viabilizar a participação do servidor com deficiência, tanto do interior quanto da capital. Como destaca Matias (2001), a efetivação da ferramenta eventos em suas potencialidades de atrair o público e de despertar emoções, perpassa pela aplicação das fases de pesquisa, planejamento e controle. O encontro analisado atende aos requisitos próprios de uma ação planejada, aproximando a instituição com o seu público de servidores com deficiência.

Além da concessão de diárias e ressarcimento de transporte ao servidor com deficiência oriundo do interior, foi disponibilizado uma lista contendo sete hotéis na cidade de Porto Alegre como sugestões com estrutura para atender às diferentes necessidades das pessoas com deficiência (Anexo E). Conforme sinaliza Sasaki (2006), as concepções de desenho universal, que compreendem as ferramentas, meios de comunicação e informação, inferem a construção de uma sociedade pensada para todos, atendendo recursos diferenciados proporcionam a inclusão da diversidade de minorias.

Ao longo dos dois dias de realização do evento, o pesquisador e integrante da comissão organizadora do encontro observou os diferentes dispositivos de acessibilidade presentes e a sua relação do público participante quanto a sua autonomia e interação com o encontro.

Figura 3 – Folha de Sinalização para o local do Encontro

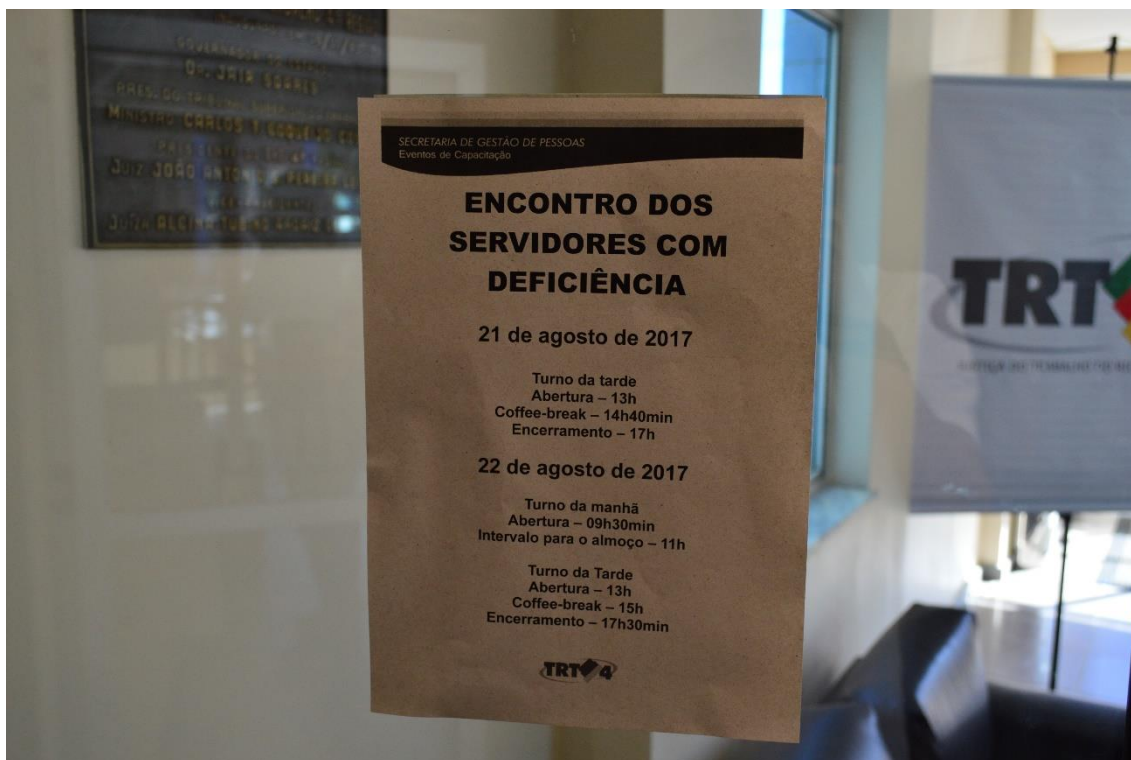


Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

As diferentes formas de sinalização, utilizados tanto no caminho que orientavam o percurso até o prédio III onde se realizava o encontro quanto as fontes de informações das atividades – do auditório, das salas de debate e do hall de confraternização e convivência –, constituíam-se conforme os exemplos destacados na Figura 3. As sinalizações foram produzidas em folha do tipo A4, em sua maioria em preto e branco, impressas. As dimensões que dialogam tanto no sentido de Sasaki (2006) da acessibilidade comunicacional quanto no sentido discutido por Cardoso (2012) tratados por acessibilidade espacial, não há superação das barreiras comunicativas impostas pelas pessoas com deficiência visual. Identifica-se a ausência da aplicação tanto do sistema de

Libras quanto da escrita em Braille na conformação dos diferentes dispositivos de sinalização ao longo do encontro, tornando-se ausente os princípios de acesso à informação de forma autônoma para o servidor com deficiência.

Figura 4 – Cartaz com a Programação

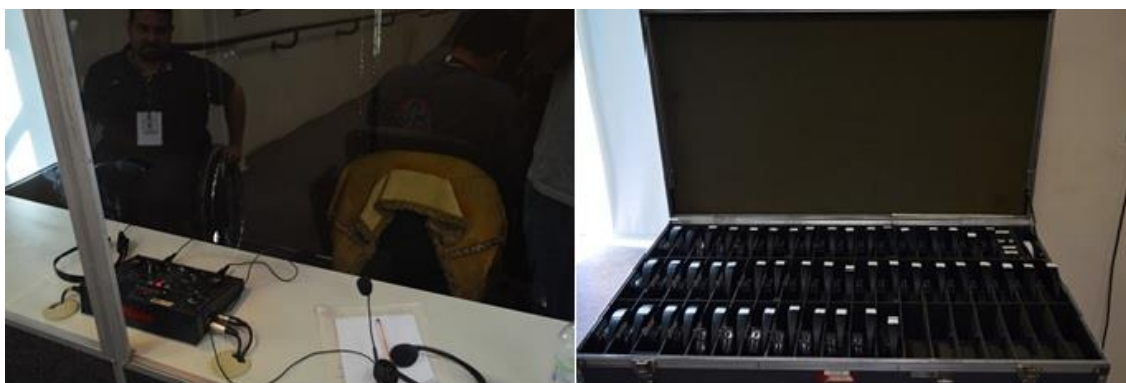


Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

Assim, como nos mostra a Figura 5, as informações quanto a programação na porta de entrada do auditório Ruy Cirne Lima segue a mesma linha de produção identificados na Figura 4, estão ausentes as medidas de acessibilidade comunicacional que pudessem preservar a autonomia espacial do servidor com deficiência - ausências que exemplificam barreira situadas nas dimensões da acessibilidade instrumental (ausência de ferramenta de comunicação institucional de forma diversa e/ou alternativa aos meios oficiais de e-mail e intranet) e metodológica (ausência de fluxos de comunicação alternativos aos oficiais, também relativos a e-mails e intranet). A programação, dentro do contexto da comunicação e da informação, constitui-se como peça essencial de comunicação do próprio evento, por conter informações da programação das atividades. Ainda sobre a programação, salienta-se que o acesso a essa informação por parte do servidor com deficiência visual, era

viável apenas nos seus e-mails funcionais, enviados aos servidores com deficiência; além de estar presente nas notícias produzidas pela Secretaria de Comunicação do TRT da 4ª Região, veiculadas na intranet da instituição. A ausência da acessibilidade instrumental, metodológica e programática infere-se pela ausência de disponibilização das respectivas informações em formas alternativas de comunicação durante a realização do encontro.

Figura 5 - Recursos de Audiodescrição



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

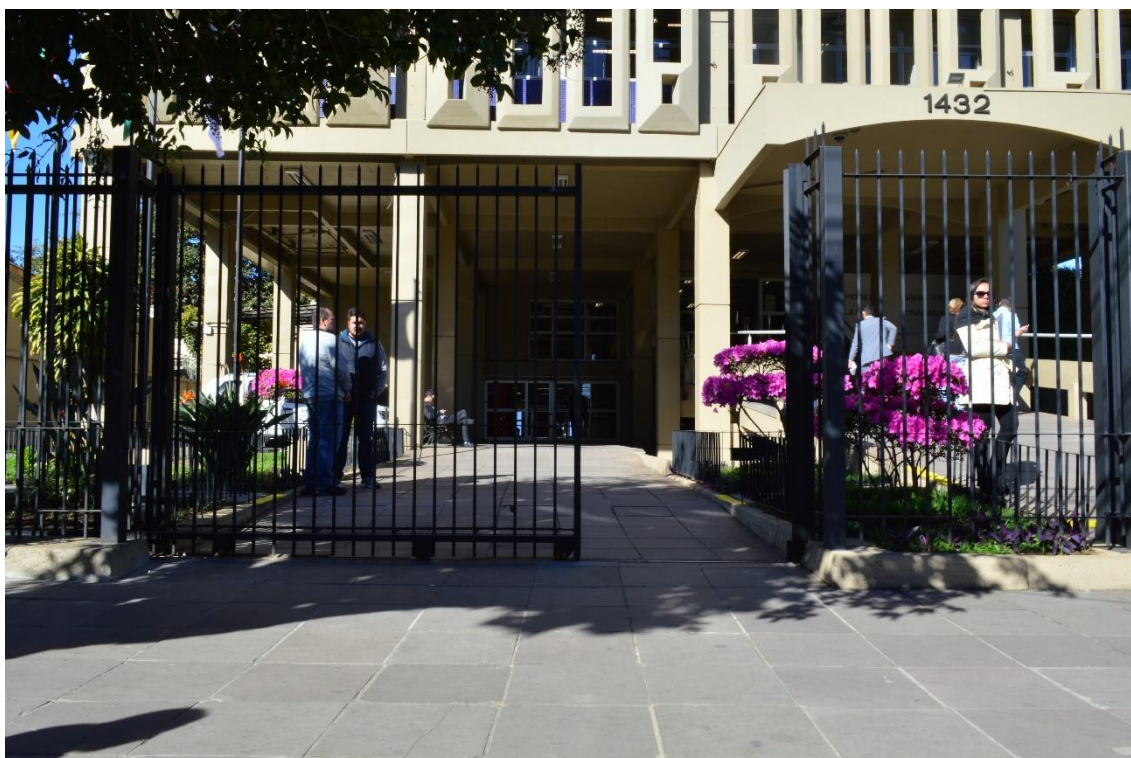
A realização do encontro contou com a disponibilização de recursos de audiodescrição durante todas as atividades desenvolvidas no Auditório Ruy Cirne Lima, conforme Figura 5. O público de servidores com deficiência visual teve acesso, através da ferramenta de audiodescrição, das características descritivas em relação à pessoa, gestos e comportamento durante as narrativas auditivas, como forma de complementar a recepção do conteúdo por parte desse público específico. Registra-se, contudo, a ausência do recurso de audiodescrição nas atividades de debates dos pequenos grupos e nos espaços de confraternização, por se constituírem de atividades de caráter interpessoal, cujo contato e a interação face a face seriam capazes de suprir a comunicação entre os membros participantes do encontro.

Para contemplar o público de servidores com deficiência auditiva, as atividades realizadas no auditório Ruy Cirne Lima contaram a tradução em Libras através de intérpretes profissionais. A tradução em Libras traduziu desde a atividade de *boas vindas* por parte da administração e apresentação da CPAI, palestra, apresentação dos pequenos grupos após debate segmentado e a apresentação do monólogo Ícaro. As atividades na qual percebeu-se a

ausência da tradução em Libras assemelha-se ao caso exposto em relação ao recurso de audiodescrição, onde não foi utilizado para o desenvolvimento do trabalho no pequeno grupo de servidores com deficiência auditiva e nos momentos dedicados a interação e convivência.

A disponibilização de recursos de audiodescrição e da tradução em Libras representa, como abordado por Giácomo (1997), como fundamental a preocupação em contemplar o público de interesse desde a concepção do planejamento, pois é a partir dele que o sucesso do evento obtém seu real significado. Contemplar diferentes dispositivos de acessibilidade comunicacional alinha-se, também, a importância da abordagem da perspectiva inclusiva desde o planejamento de uma ação, conforme apregoa Sassaki (2006).

A estruturação da programação do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região* desenvolveu-se no sentido de proporcionar variados momentos de convivência, oportunidade de contato entre os servidores com deficiência, tanto os da capital, da região metropolitana e do interior do estado, mas também destes com a CPAI. Nos intervalos, disponibilizando *coffee-break* aos participantes no hall de convivência/confraternização, localizado no andar térreo do prédio III. Observou-se a composição das mesas de serviços dispostos de forma acessível, tanto em altura quanto nos espaços do entorno para acesso livre a autônomo, inclusive para usuários de cadeira de rodas. Conforme Sassaki (2006), a busca em proporcionar autonomia no desenvolvimento de recursos e de serviços constitui-se como pedra angular da acessibilidade. Observou-se que o objeto analisado procurou oferecer recursos e serviços cujos critérios da acessibilidade espacial suprissem os diferentes momentos de convivência.

Figura 6 – Entrada Foro Trabalhista de Porto Alegre

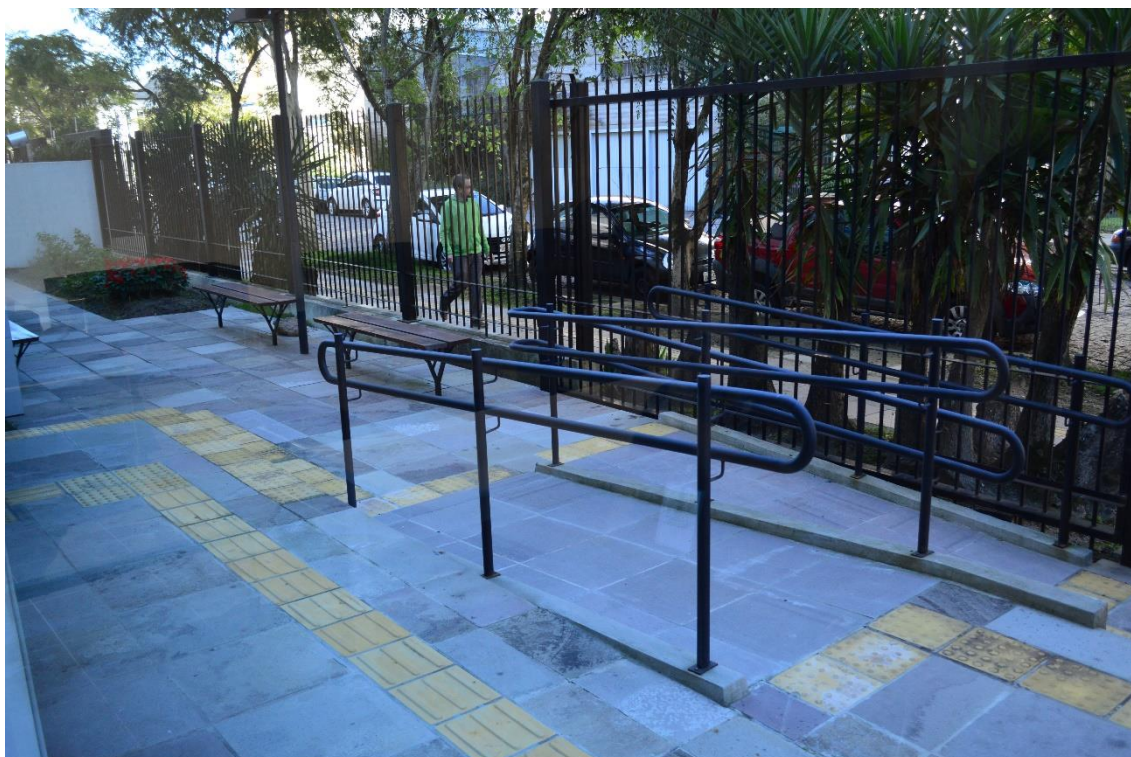
Fonte: Arquivo Pessoal do Autor.

Há, por fim, os elementos de acessibilidade arquitetônica que tangenciam, de maneira importante, a esfera da acessibilidade comunicacional no que se refere às características presentes na estrutura do acesso ao local de realização do encontro. Como mostra na Figura 6, embora o acesso pela entrada principal esteja em perfeitas condições de acesso, com opção para acesso de pessoas com mobilidade reduzida e/ou usuários de cadeira de rodas, identifica-se a ausência de elementos de sinalização que contemple as pessoas com deficiência visual – presença de sinalização por piso tátil –, tanto na calçada externa quanto ao longo do caminho até o prédio III (ao fundo, no extremo oposto da quadra). Identifica-se, ainda, a ausência de elementos que sinalizem a realização do encontro, mesmo se tratando de um evento para o segmento, entendido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela administração como um todo, como público interno. Há barreiras de acessibilidade espacial que não foram implementadas para dar visibilidade ao evento – tais como sinalização em diferentes formatos para a acessibilidade espacial, tanto na entrada como ao longo de todo o percurso até o local do

evento analisado –, principalmente em relação aos públicos de servidores com deficiência oriundos do interior do Estado.

Por esse motivo, questiona-se o nível de percepção presente na sociedade quanto a disponibilização efetiva de recursos, em meio público e de uso comum, de distintos meios e de formas alternativas de ferramentas de acessibilidade não só do lado do portão para dentro das estruturas arquitetônicas, mas também disposta desde a calçada, por exemplo, de forma contínua e com acessibilidade para todos. Neste adendo, evidenciamos o questionamento de Sasaki (2006), sobre qual o nível de inserção da pessoa com deficiência, através dos diferentes dispositivos urbanos para a efetivação de sua cidadania de forma plena, segura e autônoma.

Figura 7 – Acesso secundário Foro Trabalhista de Porto Alegre.



Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

O contraste retratado a partir da identificação dos elementos de acessibilidade arquitetônica presente na Figura 7, contendo piso tátil, rampa de acesso e corrimão estão disponíveis como acesso secundário, pela rua do lado oposta a entrada principal, também ao prédio III. Inclusive, além de apresentar tais dispositivos de acessibilidade arquitetônica, encurtaria em até 90% o

caminho percorrido pelo público de servidores com deficiência física ao local de realização do evento. A organização da segurança institucional não disponibilizou, para sua utilização durante o encontro, de recursos suficientes de pessoal para viabilizar a utilização desse acesso por parte dos participantes do evento. Em relação a esse ponto, crítico na visão do pesquisador, que sintetiza o mero cumprimento sobre dispositivos de acessibilidade arquitetônica em contraste com a sua efetiva viabilização de uso por parte de todos os usuários deste órgão, como defende Sasaki (2006).

O objeto analisado constitui-se como ferramenta de comunicação e de sedimentação da postura administrativa na busca permanente da inclusão do seu servidor com deficiência nos diferentes aspectos da administração. O encontro oportunizou a aproximação dos diferentes universos das pessoas com deficiência a uma postura de acolhimento, diálogo e busca de troca de experiências capaz de orientar novos processos de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo desse trabalho de analisar a realização do evento, sob a perspectiva do profissional de relações públicas e da pessoa com deficiência, descrevendo a presença dos diferentes dispositivos de acessibilidade presentes no evento para atender às necessidades do seu público com deficiência, retomamos nossas reflexões sobre esta temática. As pesquisas e reflexões acerca do tema da inclusão social e da acessibilidade tornam-se cada vez mais presentes, uma vez que a inserção da pessoa com deficiência constrói-se não só em termos de realidade, mas também através de garantias legais.

Percebeu-se, na elaboração deste trabalho, a escassez de bibliografias que relacionam a temática da inclusão e da pessoa com deficiência com outras áreas do conhecimento, díspares das comumente relacionadas à educação e à saúde.

Ao longo do trabalho desenvolvido, a análise do local de realização do evento enquadra-se na classificação de dispositivo urbano, retratando os aspectos atuais da sociedade quanto a presença de elementos que proporcionam diferentes dimensões de acessibilidade, perspectivas atuais que oscilam entre as fases da integração social – caracterizado pelo processo de esforço unilateral, na qual há a necessitando que a pessoa com deficiência se adapte em diferentes situações do dia a dia –, e da inclusão social – caracterizado pelo processo de esforço bilateral, onde a sociedade viabiliza a inserção da pessoa com deficiência de forma autônoma, segura e independente. O processo de inclusão da pessoa com deficiência, que oriente as transformações sociais desde as suas concepções fundamentais, ainda esbarram em diferentes formas de barreiras arquitetônicas, programáticas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas ou instrumentais. Diferentes tipos de barreiras que ainda encontram campo fértil nas ausências da implementação de políticas públicas, na falta de recursos, ou, até mesmo, de conhecimento legal e teórico que contemplam e atualização a temática sobre acessibilidade.

Com base na análise realizada sobre o Encontro Estadual de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região, o evento enquadra-se na perspectiva de Cesca (2008) por demarcar uma nova postura institucional frente o seu público de servidores com Deficiência. O objeto, segundo Simões (1995; 2001; 2006), inseriu-se dentro de uma necessidade identificada e constituiu-se como importante fenômeno dentro da comunicação estratégica da instituição. Caracterizou-se ainda, como inovação em relação ao estabelecimento, na aproximação do respectivo público, em nova linguagem comunicação dentro da construção do relacionamento, segundo Giacomini (1997). Destaca-se, por fim, como elemento que reflete o contexto histórico (MATIAS, 2002), pretendido pela instituição frente a busca pela construção sob o viés de uma sociedade inclusiva.

A promoção do evento como ferramenta de comunicação para aproximar o público de servidores com deficiência revelou a necessidade de aprofundamento e de estudo da instituição quanto às necessidades específicas de seu público. A concepção de eventos institucionais, a partir do objeto analisado, preocupou-se em atender as necessidades mais gerais do que seria para uma pessoa com deficiência física, deficiência auditiva ou deficiência visual. Essa postura pode engajar, para um evento cujo teor é a promoção da acessibilidade, apenas àqueles, segundo Sasaki (2006), que apresentam menores necessidades de redução de barreiras para a sua inclusão.

O objeto analisado pode servir de modelo para a reflexão do papel e da responsabilidade do profissional de Relações Públicas na disseminação do ideal da inclusão dentro do planejamento estratégico das organizações. Estes profissionais podem exercer papéis na articulação de políticas institucionais que sincronizem a identificação dos seus públicos com a manutenção dos seus respectivos relacionamentos, alinhando o seu planejamento estratégico organizacional aos princípios da acessibilidade e da inclusão social.

Ao longo da pesquisa, identificou-se a escassez de referências bibliográficas que proporcionassem maior aprofundamento e maior reflexão teórica acerca da temática eventos, e suas respectivas articulações não só como ferramenta, mas também enquanto fenômeno para a área da comunicação, com capacidade de implicações importantes dentro da política institucional da organização. Dessa forma, infere-se a ausência de maiores

discursões revisem conceitos e apontem levantamentos teóricos atualizados a respeito dessa temática.

Contudo, destaca-se através do presente estudo, o legado institucional que a ferramenta evento representou nos novos horizontes de comunicação e de relacionamento. Um dos legados, relevantes como crítica deste estudo está na oportunidade de identificação sobre as diferentes barreiras ainda presentes nas fronteiras da instituição, proporcionado pela realização do *Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região*.

A realização do evento permitiu à instituição não só a abertura e a aproximação de singularidades de seu público com deficiência, mas também a identificação de barreiras para a inclusão que necessitam de esforço permanente para a sua eliminação. O estudo demonstra o reconhecimento da instituição quanto a importância da participação do seu público de servidores com deficiência para a construção efetiva dos distintos aspectos referentes as dimensões da acessibilidade. A busca de aproximação institucional através da presente ferramenta de eventos demonstra características de intervenção na história do relacionamento da organização com seu público, propondo-se a um marco de afirmação e valorização sob o viés da inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998, p. 11-24.

ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. São Paulo: Loyola, 1993.

ARANHA, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. **Temas em Psicologia**, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf> , acessado em maio de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050/2004**: Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_d_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf , acessado em maio de 2018.

BARROS, Antônio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

BRASIL. **LEI 13.146 DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm , Acessado em maio de 2018.

BRASIL. **LEI 8.112 DE 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm , Acessado em maio de 2018.

CARDOSO, Eduardo. Recursos de Acessibilidade em Ambientes Culturais: Contextualização e Aplicações. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. **Organização de Eventos: manual para planejamento e execução**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo, 2008.

CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial**. v01, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005.

DUARTE, Jorge A. M. (org.). **Glossário de Relações Públicas**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2007.

DUARTE, Jorge; BARROS (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 6.0.1** [Versão eletrônica - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4º REGIÃO; ANO 2018]. Rio de Janeiro: Editora Positivo e à POSITIVO INFORMÁTICA, 2009.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio**: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. São Paulo, Giz Editorial, 2008.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Pesquisa Institucional**: diagnóstico organizacional para relações públicas. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **Relações públicas**: processos, funções, tecnologia e estratégias. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

FRANÇA, Fábio. **Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica**. 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.

FREITAS, M. T. A abordagem Sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, 2002.

GARCÍA, Vinícius Gaspar. **Panorama da Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. *Trab. educ. saúde*[online]. 2014, vol.12, n.1, pp.165-187 Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1981-77462014000100010&pid=S1981-77462014000100010&pdf_path=tes/v12n1/10.pdf&lang=pt , acessado em maio de 2018.

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos**: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

_____. **Gestão estratégica de eventos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GIÁCOMO, Cristina. **Tudo acaba em festa: evento, líder de opinião, motivação e público**. 2. ed. São Paulo: Scritta, 1997.

GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

GOODE, Willian J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Nacional, 1979, p. 421.

GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas: teorias, contexto e relacionamentos**. 1.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

_____. (Org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, E. et al. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LÜDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MARCHIORI, Marlene (Org.). **Faces da Cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2006.

_____. (Org.). **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. 2. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

_____. (Org.). **Sociedade, comunidades e redes**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MATIAS, Marlene. **Organização de Eventos: procedimentos e técnicas**. São Paulo: Manole, 2001.

MOREIRA, Elizabeth Huber; PONS, Mônica Elisa Dias. (Orgs.). **Perspectivas em relações públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, p. 1-5, 2º sem. 1995.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PENNINI, Anice; MOURÃO, Isaura (Orgs.). **Compreendendo um campo de conhecimento: reflexões epistemológicas sobre a Comunicação Organizacional a partir de autores brasileiros**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2011.

PASSERINO, Liliana Maria et. al. (Orgs.). **Comunicar para incluir**. Porto Alegre: CRBF, 2013.

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. **Inclusão de Pessoas Com Deficiência no Trabalho e o Movimento da Cultura Organizacional: análise multifacetada de uma organização**. Dissertação de Mestrado. PPG-EDU/UFRGS. 2011.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: in: DUARTE, Jorge; BARROS (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. In: Estudios sobre las Culturas Contemporáneas. Época III. Vol. XXX. Número Especial III, Colima, primavera, 2017, pp. 161-190. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5902964> , acessado em maio de 2018.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à Ciência**. São Paulo: Quieiroz/EDUSP, 1984.

PLATT, Adreana Dulcina. **Uma Contribuição Histórico-Filosófico para a análise do conceito de deficiência.** Ponto de Vista. v01. n, 1, julho/dezembro de 1999.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial/comunicação institucional:** conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986. (v. 11)

_____. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RICHARDSON, José Carlos. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer:** como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Otto Marques. **A Epopéia Ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. Disponível em: <https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da>
Acessado em abril de 2018.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas:** função política. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 1995.

_____. **Relações Públicas e Micropolítica.** São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Informação, Inteligência e utopia:** contribuições à teoria de relações públicas. São Paulo: Summus, 2006.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo A – Ata de Reunião: Autorização para realização de estudo de caso

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ATA DE REUNIÃO

Data: 03.08.2017

Local: Sala 307-a do prédio sede

Presenças: Juiz XXXXXXXXXXXX (coordenador), servidores XXXXXXXXXXXX (Diretoria-Geral); XXXXXXXXXXXX (SETIC), XXXXXXXXXXXXXXXX. (SECOM e servidor com deficiência), Alex Bruno Viana da Silva (servidor com deficiência), XXXXXXXXXXXXXXXX, (convidada, Seção de Capacitação) e XXXXXXXXXXXXXXXX (Coordenadoria de Saúde).

Secretário: XXXXXXXXXXXXXXXX (AGE)

Horário: 16h20min – 17h05min

1. Servidor PCD do protocolo. (...) **2. Evento no TRT5. (...)** **3. Encontro de PCDs do TRT4. (...)** **4. Aplicação de pesquisa durante o Encontro de PCDs. Alex solicitou para aplicar durante o evento sua pesquisa de conclusão de curso, utilizando os dados como estudo de caso. A pesquisa consistiria em formulário impresso, entregue junto com o credenciamento. A Comissão aprovou o pedido por unanimidade.**

5. Fala do Coordenador durante o Encontro. (...)

(Teor da ata compilada e editada para preservar não só os demais temas tratados na reunião, como também as respectivas identidades dos servidores envolvidos.)

Anexo B - PORTARIA Nº 4.699, DE 31 DE AGOSTO DE 2016.

Republicação

(Texto compilado com as alterações promovidas pela Portaria nº 74/2018)

Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à igualdade;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 7.853/1989 e do Decreto nº 3.298/1999 sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO o teor da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condição de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

CONSIDERANDO o disposto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, nos termos do §3º do artigo 5º da Constituição Federal, e promulgado pelo Decreto nº 6.949/2009;

CONSIDERANDO disposto na Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, por meio – entre outras medidas, - da convalidação em resolução da Recomendação CNJ nº 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do TRT da 4ª Região, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI, dotada de caráter multidisciplinar, com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem a sua inclusão e adequada ambientação

Art. 2º Compete à CPAI fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade e os projetos pedagógicos de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência, direcionadas à promoção da acessibilidade, tais como aquelas descritas no artigo 10 da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça, e ainda:

I – verificar a possibilidade de integração do servidor com deficiência nas áreas de trabalho do Tribunal em pesquisa sobre existência de vagas, tarefas, receptividade e condições de acessibilidade;

II – sugerir adaptações no ambiente de trabalho em tarefas, métodos, técnicas e ferramentas para melhor aproveitamento das potencialidades do servidor com deficiência;

III – orientar os gestores das unidades que receberem servidores com deficiência para adotarem diretrizes e parâmetros que favoreçam o desenvolvimento e o crescimento profissional desses servidores;

IV – acompanhar o processo de inserção do servidor com deficiência na unidade de trabalho e sugerir a mudança de setor quando houver inaptidão às atividades desenvolvidas e/ou ao local de trabalho;

V – promover o envolvimento da equipe de trabalho no processo de integração de servidores com deficiência, mediante a divulgação desse tema em artigos, cursos, seminários, oficinas, encontros e atividades afins;

VI – receber sugestões sobre assuntos de interesse das pessoas com deficiência e analisar a viabilidade de sua implementação.

Art. 3º É indispensável parecer da CPAI em questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência e nos demais assuntos conexos à acessibilidade e inclusão no âmbito do Tribunal.

Art. 4º A CPAI é constituída pelos seguintes membros, nominados no Anexo Único desta Portaria:

I – o Juiz Auxiliar da Presidência, que a coordenará;

II – um representante da Diretoria-Geral;

III – um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações;

IV – um representante da Secretaria de Comunicação Social;

V – um representante da Coordenadoria de Saúde;

VI – um representante da Coordenadoria de Material e Logística;

VII – dois servidores com deficiência, sendo, preferencialmente, um deficiente visual e um deficiente físico;

VIII – um representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS.

§1º A suplência da coordenação será exercida pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria.

§ 2º Poderão ser convidados outros servidores, que integrarão a Comissão na condição de participantes eventuais.

§3º Os servidores designados para compor a CPAI exercerão as atividades a ela inerentes sem prejuízo das atribuições do cargo ou da função que ocupam.

Art. 5º A Comissão funcionará com o quórum mínimo de 05 (cinco) membros e as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 6º As deliberações aprovadas pela Comissão serão submetidas à apreciação da Presidência.

Art. 7º A Diretoria-Geral ficará responsável pela implementação das ações da Comissão, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 8º A Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais prestará apoio à atuação da Comissão, acompanhará suas reuniões e ficará responsável pela elaboração das atas.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador da Comissão.

Art. 10. Ficam revogadas as Portarias nº 2.744/2002, 2.647/2016 e 589/2014.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ RENCK

Presidente do TRT da 4ª Região/RS

ANEXO ÚNICO

(....) COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Anexo C - Consulta sobre interesse de participação em Evento

(Texto Reproduzido)

Prezado(a) Servidor(a):

O TRT4 está idealizando um Evento especial para propiciar o encontro entre os servidores com deficiência e colegas das áreas dos setores administrativos.

O objetivo é conhecer as singularidades, individuais e comuns, com o propósito de promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.

A ideia é que você seja o protagonista num Evento em que estão previstas as seguintes atividades: Boas Vindas da Administração do TRT4 e da Comissão Permanente Acessibilidade de Inclusão - CPAI; palestra acerca do tema da deficiência sob o aspecto da ética e comportamento; participação do Sindicato; oficinas; e apresentação cultural da peça “Ícaro” com o ator Luciano Mallmann.

Este e-mail é uma consulta com o intuito de identificar a quantidade de pessoas interessadas em comparecer ao Encontro, pois a concretização deste momento depende da adesão dos participantes.

Adiantamos que, na ocasião, serão disponibilizados audiodescrição e intérprete de libras, além de diárias àqueles que fizerem jus ao benefício.

Importante registrar que o Encontro está sendo pensado e preparado especialmente para você, a fim de estreitar e fortalecer os vínculos que nos unem como integrantes deste Regional.

As datas previstas para o Evento são os dias 21/08/2017 (tarde) e 22/08/2017 (manhã e tarde).

Cientes de que a soma de nossas experiências impulsiona significativas evoluções em nosso cotidiano, sua presença é fundamental!

Observações:

- 1) Favor responder a este e-mail informando interesse ou não quanto à participação.
- 2) E-mail para inscrição será encaminhado oportunamente.

Cordialmente,

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXX Capacitação
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Secretaria de Gestão de Pessoas - Seção de Capacitação
Av. Praia de Belas, 1100 - Prédio Administrativo/7º Andar Sul
☎ (51) 3255-2481/2485 / ✉ capacitar@trt4.jus.br

Anexo D – Programação Encontro de Servidores com Deficiência do TRT da 4ª Região

Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4 - inscrições abertas Comissão Acessibilidade TRT4

SEGESP Secao de Capacitacao capacita@trt4.jus.br (enviado por amilton@trt4.jus.br) 04/08/2017

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Eventos de Capacitação

Prezado(a) servidor(a):

Estão abertas as inscrições para o **ENCONTRO DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT4**, evento estruturado com o objetivo de conhecer as singularidades, individuais e comuns, quanto ao tema e promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida.

Período de realização do evento: 21 e 22/08/2017.



Local: Auditório Ruy Cirne Lima e Salas de Capacitação - Av. Praia de Belas, 1432 - Prédio III, Porto Alegre, R/S (Foro Trabalhista).

Público-alvo: servidores com deficiência e gestores (a participação será adicional de quantificação por ação de tratamento. Vê-lo também para o cálculo das horas gerenciais).

Inscrições: até 13/08/2017 - os participantes serão selecionados pelo critério da ordem de inscrição.

Para realizar sua inscrição, acessar a lista de inscritos ou, pelo telefone do evento, digite no 04 25042424 a 13013013 ou acesse Portal Membro VOTO/Consulta/Inscrições e inscrições.

Divulgação da lista de inscritos: em 14/08/2017.

Programação
21/08/2017 (segunda-feira)
13h - Credenciamento
14h - Boas-Vindas (Administração do TRT4 e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão)
14h-60min - Intervalo
15h40min - Palestra "Olar Inclusivo"
A palestra será ministrada por Cláudia Oliveira (deficiente visual, pedagoga, pedagoga empresarial, orientadora educacional e consultora da ABCEI, há 20 anos no mercado, atua como palestrante e consultora organizacional em programas de inclusão de pessoas com deficiência, orientação, motivação, treinamento, desenvolvimento humano, trabalho com grupos, acompanhamento funcional e cursos de inclusão).

17h - Encerramento
22/08/2017 (terça-feira)
09h30min - Oficinas de debate
11h - Intervalo para almoço
12h - Painel com SINTRAJUPE
Tema: Contexto de trabalho, condições de acesso e permanência do servidor PCD no Judiciário Federal. Painelistas: Ruy Almeida, servidor do TRT4, membro da CIPA e coordenador da Secretaria de Saúde e Resposta de Saúde do SINTRAJUPE; Edsonete Cecília Bordin, pedagoga (graduada pela FURG) e especialista em Saúde do Trabalhador (UPROG), integrante da Assessoria de Saúde do SINTRAJUPE.
14h - Momento de grande grupo: resultado das oficinas de debate
15h - Intervalo
16h - Bônus "Cari"
Paga teatro formada por 5 depoimentos teatrais de pessoas cadeirantes, construída a partir de vídeo, esquetes e paródias sobre a deficiência do autor do ator Luciano Bittencourt, que também se tornou um teatro musical ao sofrer uma queda de circulação aérea em 1990, há 13 anos. O espetáculo abordará a realidade humana e qual/isto estamos vivendo e trata de temas que são comuns a qualquer pessoa (relacionamentos amorosos, relações entre pais e filhos, maternidade, superação e preconceito).

17h30min - Encerramento

São disponibilizados os serviços autodescrição (MI Palavras) e intérprete de línguas (FENESIS) durante o evento. Seguem em anexo, orientações quanto à concessão de diárias e ressarcimento de despesas com deslocamento, bem como sugestões de hotéis com acessibilidade próximos ao local do evento. Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Ancoragem:

TRT4
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Secretaria de Gestão de Pessoas - Depto. de Capacitação
Av. Praia de Belas, 1432 - Prédio Administrativo 7º andar Sul
☎ (51) 3256-2412/485 - 800 800 800 800
✉ trt4@trt4.jus.br

(Reprodução da Imagem)

Prezado(a) Servidor(a):

Confirmamos a sua inscrição no evento abaixo descrito. Agende-se!

ENCONTRO DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA DO TRT4

Local: Auditório Ruy Cirne Lima e Salas de Capacitação - Av. Praia de Belas, 1432 - Prédio III, Porto Alegre, R/S (Foro Trabalhista).

Programação
21/08/2017 (segunda-feira)
13h - Credenciamento
14h – Boas-Vindas (Administração do TRT4 e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão)

14h40min - Intervalo
15h40min – Palestra "Olhar Inclusivo"
A palestra será ministrada por Gisele Oliveira: deficiente visual, psicóloga, pedagoga empresarial, orientadora educacional e instrutora da ABRH. Há 20 anos no mercado, atua como palestrante e consultora organizacional em programas de inclusão de pessoas com deficiência, diversidade, motivação, treinamento, desenvolvimento humano, trabalhos com grupos, acompanhamento funcional e cursos de inclusão.
17h - Encerramento
22/08/2017 (terça-feira)
9h30min – Oficinas de debate
11h – Intervalo para almoço
13h – Painel com SINTRAJUFE
Tema: Contexto de trabalho, condições de acesso e permanência do servidor PCD no Judiciário Federal.
Painelistas: Ruy Almeida, servidor do TRT4, membro da CPAI e coordenador da Secretaria de Saúde e Relações de Trabalho do Sintrajufe/RS; e Eduarda Cirolini Buriol, psicóloga (graduada pela FURG) e especialista em Saúde do Trabalhador (UFRGS), integrante da Assessoria de Saúde do Sintrajufe/RS.
14h – Momento do grande grupo: resultado das oficinas de debate
15h - Intervalo
16h – Monólogo “Ícaro”
Peça teatral formada por 6 depoimentos ficcionais de pessoas cadeirantes, construída a partir da visão, experiências e percepções sobre a deficiência do autor e ator Luciano Mallmann, que também se tornou um lesado medular ao sofrer uma queda de acrobacia aérea em tecido, há 13 anos. O espetáculo abordará a fragilidade humana a qual todos estamos expostos e tratará de temas que são comuns a qualquer pessoa (relacionamentos amorosos, relações entre pais e filhos, maternidade, superação e preconceito).
17h30min - Encerramento

Mais informações sobre o evento e consulta da lista de inscritos no link: <http://www.trt4.jus.br/portaltrt/cursosAdmin.html>

Serão disponibilizados os serviços audiodescrição (Mil Palavras) e intérprete de libras (FENEIS) durante o evento.

Seguem em anexo, orientações quando à concessão de diárias e ressarcimento de despesas com deslocamento, bem como sugestões de hotéis com acessibilidade próximos ao local do evento.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Secretaria de Gestão de Pessoas - Seção de Capacitação

Av. Praia de Belas, 1100 - Prédio Administrativo/7º Andar Sul

☎ (51) 3255-2481/2485 / ✉ capacitar@trt4.jus.br

Anexo E – Lista de Hotéis com Acessibilidade

SUGESTÕES DE HOTEIS COM ACESSIBILIDADE

HOTEIS - EM PORTO ALEGRE		ENDEREÇO/TELEFONE/SITE
1	Intercity	Av. Borges de Medeiros, 2145 - Praia de Belas (51) 3022-9100 www.intercityhoteis.com.br/hoteis/porto-alegre/hotel-intercity-porto-...
2	Blue Tree Millenium	Av. Borges de Medeiros, 3120 - Praia de Belas (51) 3026-2200 https://www.bluetree.com.br/.../blue-tree-towers-millenium-porto-ale...
3	Coral Tower Express	Av. Getúlio Vargas, 318 - Menino Deus (51) 3226-5536 www.coraltower.com.br/
4	Hotel Master Express Cidade Baixa	R. Sarmiento Leite, 865 - Cidade Baixa (51) 3018-3636 www.master-hoteis.com.br/hotel/porto-alegre/master-express-cidade-...
5	Hotel Master Express Perimetral	Av. Loureiro da Silva, 1840 - Cidade Baixa (51) 3023-9503 www.master-hoteis.com.br/hotel/porto-alegre/master-express-perimet...
6	Ibis budget	Av. Júlio de Castilhos, 516 - Centro Histórico (51) 3515-6444 www.accorhotels.com/pt-br/...ibis-budget-porto-alegre/index.shtml
7	Hotel Continental	Largo Vespasiano Júlio Veppo, 77 - Centro Histórico (51) 3433-1900 www.hoteiscontinental.com.br/